

VOL. 20 - Nº 45 - JUNHO DE 2009

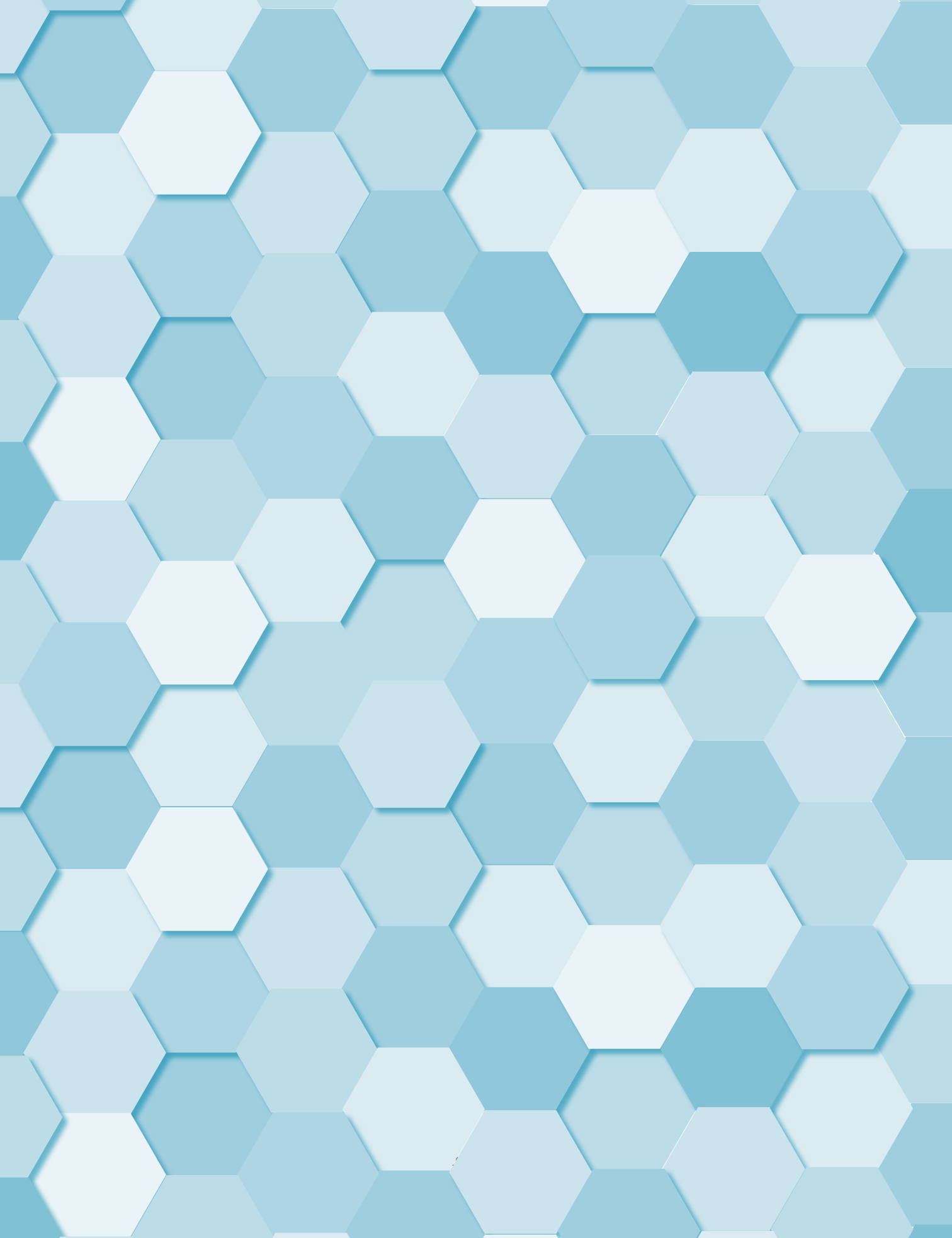
ISSN 1676-0336

# ATERCEIRIDADE

Estudos sobre Envelhecimento

SESCSP

Breve reflexão sobre a Internet  
e a longevidade: novos espaços  
de socialização preparam o  
silêncio da saúde



# ATERCEIRAIDADE

Estudos sobre Envelhecimento

ISSN 1676-0336



**VOLUME 20**  
**NÚMERO 45**  
**JUNHO 2009**

Publicação técnica editada pelo  
SESC – Serviço Social do Comércio

**SESCSP**

## **SESC - Serviço Social do Comércio**

Administração Regional no Estado de São Paulo

### **Presidente do Conselho Regional**

Abram Szajman

### **Diretor do Departamento Regional**

Daniilo Santos de Miranda

### **Superintendentes**

Técnico-Social Joel Naimayer Padula

Comunicação Social Ivan Giannini

### **Gerentes**

Estudos e Programas da Terceira Idade

Cláudio Alarcon

Adjunto Lília Ladislau

Artes Gráficas Hércio Magalhães

### **Comissão Editorial**

José Carlos Ferrigno (Coordenação),

Celina Dias Azevedo, Elizabeth

Brasileiro, Evelim Moraes, Fernando

Fialho, Flávia Roberta Costa, Maria

Aparecida Ceciliano de Souza,

Marta Lordello Gonçalves, Maurício

Trindade, Regina Célia Sodrê Ribeiro

Secretária Carla Ferreira da Silva

Edição e Capa: Lourdes Teixeira

Benedan

Fotografias capa, pág. 6, 78, 80, 83,

85, 86 e 89: Isabel D'Elia; pág.

26: Gal Oppido; pág. 38: Piu Dip;

pag: 54, 69: Nilton Silva; 4ª capa:

divulgação Vander Produções

Revisão: Marco Storani

Artigos para publicação podem ser enviados para avaliação da comissão editorial, nos seguintes endereços:

Serviço Social do Comércio

– SESC-SP

Revista "A Terceira Idade" – (GETI)

Av. Álvaro Ramos, 991 - 3º andar

CEP 03331-000 - São Paulo - SP

Fone: (11) 2607-8241

Fax: 2607-8250

e-mail: revista3idade@sescsp.org.br

---

A Terceira Idade: Estudos sobre

Envelhecimento /Serviço Social do

Comércio. ST – Gerência de Estudos e

Programas da Terceira Idade. Ano 1,

n. 1 (set. 1988) – São Paulo: SESC-GETI,

1988-

A Terceira Idade 1988 – 2006

Quadrimestral

ISSN 1676-0336

1. Gerontologia-Periódicos 2. Idosos-

Periódicos 1. Serviço Social do

Comércio

CDD 362.604

---

Esta revista está indexada em:

Edubase (Faculdade de Educação/

Unicamp)

Sumários Correntes de Periódicos Online

SIBRA (SIBRADID – Sistema Brasileiro de

Documentação e Informação

Desportiva – Escola de Educação Física

– UFMG)

# Sumário

## **7 Breve reflexão sobre a Internet e a longevidade: novos espaços de sociabilização preparam o silêncio da saúde**

Celina Dias Azevedo e Beltrina Côrte

## **25 Um jovem direito: direito do idoso**

Anna Cruz de Araújo Pereira da Silva

## **39 O envelhecimento activo: uma análise à luz de uma ética educativa crítica**

Maria Custódia J. Rocha

## **53 Memória e história oral: a arte de recriar o passado de idosos**

Maria das Graças Melo Fernandes e Lara de Sá Neves Loureiro

## **67 Capacidade funcional em pessoas idosas**

Maria Angélica Leite Pereira e Minéia Carvalho Rodrigues

## **79 Entrevista com a cantora **Dóris Monteiro****



## O idoso na era da virtualidade

Vivemos em mundo cada vez mais acelerado. Nos últimos 100 anos assistimos a uma revolução científica e tecnológica sem paralelo na história da humanidade. O aumento da velocidade é percebido em várias dimensões do nosso cotidiano. No transporte, do século XIX para cá, superamos o cavalo com o trem e o automóvel. Marco Pólo demorou muitos meses para ir da Europa à China, no século XIII. No entanto, hoje ganhamos os ares com aeronaves cada vez mais velozes. O rápido deslocamento aéreo nos permite alcançar pontos antípodas de nosso planeta em algumas horas. Nas próximas décadas, almejamos conquistar o sistema solar.

A aceleração mais impressionante, no entanto, é a das comunicações. Em curto espaço de tempo passamos do telégrafo ao telefone, deste ao rádio e à TV. Mais recentemente, graças à disseminação mundial da internet, não só recebemos informações em tempo real do que acontece no mundo, mas também repassamos o que quisermos a quem quisermos, no momento que bem entendermos. Obviamente o acesso a tantas maravilhas tecnológicas não é para todos. Em um mundo no qual cerca de um terço da população enfrenta sérias dificuldades para sobreviver, tais sofisticções para muitos não passam de um luxo sem serventia. Mas é óbvio, também, que, a cada dia, mais e mais pessoas têm usufruído as novas tecnologias de comunicação.

Não é difícil constatar que são os jovens os mais assíduos frequentadores do mundo virtual. Games, Chats, Blogs, Orkut, YouTube, pesquisas escolares, intercâmbio de textos, músicas, fotos, vídeos fazem parte do cotidiano da juventude atual.

Todavia, o computador e a Internet ainda são estranhos para a maioria dos cidadãos mais velhos, conforme informações obtidas pela pesquisa “Idosos no Brasil”, de 2006, uma parceria entre a Fundação

---

Perseu Abramo e o Serviço Social do Comércio (SESC Nacional e SESC São Paulo). Segundo essa investigação, realizada em várias regiões brasileiras, apenas 1% dos idosos utiliza a Internet. Mas há uma progressiva democratização de oportunidades que também vem incluindo as pessoas idosas. O idoso na era da comunicação virtual é o tema do artigo de capa desta edição. Celina Dias Azevedo, Assistente da Gerência de Estudos e Programas da Terceira Idade do SESC São Paulo, analisa a evolução das comunicações humanas por meio da Internet. A Internet aproxima ou afasta as pessoas, aumenta ou diminui a sociabilidade? Além dessas questões, Celina discute várias hipóteses para explicar as dificuldades de acesso dos idosos ao universo virtual, assim como reflete sobre o futuro da participação da Terceira Idade nessa revolução.

Atento aos benefícios que a chamada inclusão digital pode promover aos idosos, o SESC São Paulo disponibiliza àqueles que frequentam nossos centros culturais e, portanto, também aos idosos, suas instalações e pessoal especializado do projeto “Internet Livre”. Nesses espaços é possível aprender a manejar os microcomputadores e navegar na rede mundial, beneficiando-se do acesso a um imenso manancial de informações.

O SESC SP, com o programa Trabalho Social com Idosos tem como um dos objetivos prioritários, o desenvolvimento de novas habilidades do público da Terceira Idade. A apropriação de várias linguagens de expressão permite ao idoso um considerável aumento de seu universo cultural, além de um significativo enriquecimento de suas relações sociais.

DANILO SANTOS DE MIRANDA

*Diretor Regional do Sesc São Paulo*





# Breve reflexão sobre a Internet e a longevidade: novos espaços de sociabilização preparam o silêncio da saúde<sup>1</sup>

CELINA DIAS AZEVEDO <sup>2</sup>

BELTRINA CÔRTE <sup>3</sup>

## RESUMO

---

O computador, aliado ao processo comunicacional via Internet, é o centro vital de uma revolução que envolve e intermedeia ações diversas, a ponto de nos referirmos atualmente a uma nova sensibilidade, cuja intimidade com a tecnologia é passaporte obrigatório para os novos formatos de modelos de vida que estão sendo instaurados e para os processos de envelhecimento. Pesquisas informam como no Brasil o acesso à Internet – e consequentemente aos recursos disponíveis – apresentou um crescimento relevante nos últimos anos em todas as faixas etárias. Ao analisar as atividades desenvolvidas no ciberespaço, as mensagens instantâneas e a participação em sítios de relacionamento representaram um dos principais motivos do acesso à rede, e, na identificação da proporção de indivíduos que usam a Internet com a finalidade de comunicação, encontramos a faixa etária acima de 60 anos com um índice muito próximo do percentual da faixa entre 16 e 24 anos. Ao refletir sobre como a tecnologia transformou e revolucionou nosso cotidiano, especialmente para os idosos, construindo novas gravuras no Atlas e nele uma nova forma de sociabilização, entendemos que o mundo virtual se transformou em um novo espaço social no qual a existência humana continua sendo abordada com uma extraordinária proximidade.

**Palavras-chave:** sociabilização, tecnologias da informação e comunicação – TICs, saúde, qualidade de vida

<sup>1</sup> Artigo publicado originalmente na revista *Textos de la CiberSociedad* - monográfico: Internet, sistemas interativos e Saúde (ISSN 1577-3760) – Nº 16 (2008). Número monográfico especial co-edição da Next-Icict-Fiocruz e do Observatório para a CiberSociedade.

<sup>2</sup> Possui especialização em Gerontologia Social, pelo Instituto Sedes Sapientiae; e especialização em Psicogerontologia. Mestre em Gerontologia pela PUC-SP. Atua na Gerência de Estudos e Programas da Terceira Idade do SESC/SP, onde é integrante da comissão editorial da revista *A Terceira Idade*, editada pela instituição.

celinadias@sescsp.org.br

<sup>3</sup> Docente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Editora da revista *Kairós-Gerontologia*. Coordenadora executiva do website *Portal do Envelhecimento* ([www.portaldoenvelhecimento.net](http://www.portaldoenvelhecimento.net)).

beltrina@uol.com.br

## ABSTRACT

---

The computer, together with the process of communication via the Internet, is the vital cornerstone of a revolution that involves and interlinks various actions to the extent that we currently refer to a new sensibility, that is, people's sensibility to the electronic era, where intimacy with technology is pre-requisite not only for the new life model formats that are being implemented, but also for the processes of aging. Current research in Brazil shows how access to the Internet – and, therefore, to its available resources – has significantly increased across all age groups in recent years. When analyzing the participation of people in cyberspace, we have found that instantaneous messages and the participation in relationship sites are among the main motives for accessing the web. In addition, the proportion of individuals aged above 60 that use the Internet for the purpose of communication is very similar to that of individuals aged between 16-24. When reflecting upon how technology has transformed and revolutionized the daily routine of people, especially elderly people, by introducing new features in the Atlas and, therefore, a new form of sociabilization, we realized that the virtual world has become a new social space in which human existence continues to be addressed with an extraordinary proximity.

**Keywords:** sociabilization, information technology and communication; health; quality of life

---

*A Internet é o tecido de nossas vidas. Se a tecnologia da informação é hoje o que a eletricidade foi na Era Industrial, em nossa época a Internet poderia ser equiparada tanto a uma rede elétrica quanto ao motor elétrico, em razão de sua capacidade de distribuir a força da informação por todo o domínio da atividade humana (...) a Internet passou a ser a base tecnológica para a forma organizacional da Era da Informação: a rede.*

MANUEL CASTELLS, 2003

## INTRODUÇÃO

---

A era da Revolução Informacional tem como base o computador – criado para ser empregado em estratégias militares e depois modificado para dar conta do processamento de grande volume de informações no mundo empresarial –, que passou a mediar o cotidiano do cidadão reconfigurando as relações sociais e abrindo aos velhos, particularmente, novos espaços de sociabilidade e de protagonismo.

Consideramos que o acesso e a familiarização com as tecnologias comunicacionais se transformam em formatos de vida até então não experimentados em nossa cultura, especialmente por aqueles que nasceram antes do surgimento delas. *Blogs, chats, Orkut* e correio eletrônico, entre outros, tornaram-se espaços correntes de comunicação e de encontros que o velho protagoniza, e dos quais se apropria, construindo novas gravuras do Atlas e nele uma nova forma de sociabilização.

Neste artigo concentramos nosso olhar para as possibilidades de interação comunicacional engendradas e consentidas pelas tecnologias informacionais e, conseqüentemente, que preparam o silêncio da saúde, uma vez que os novos espaços de sociabilização fazem parte da medicina preventiva e esta, por sua vez, não atua nas patologias do processo de envelhecimento, mas no cuidado para com a vida.

---

BLOGS, CHATS, ORKUT E CORREIO ELETRÔNICO, ENTRE OUTROS, TORNARAM-SE ESPAÇOS CORRENTES DE COMUNICAÇÃO E DE ENCONTROS QUE O VELHO PROTAGONIZA, E DOS QUAIS SE APROPRIA.

---

### Breve histórico sobre a Revolução Tecnológica

Para refletirmos sobre a necessidade e importância da inclusão digital na era da Revolução Tecnológica e Informacional na contemporaneidade, é necessário estarmos atentos à equação computador + Internet e às conseqüências que essa relação trouxe e ainda trará à nossa sociedade.

Podemos tomar como marco temporal – para a história da invenção do computador – a Segunda Guerra Mundial. O primeiro computador eletrônico foi construído em 1946 para aplicação na indústria bélica – era utilizado para cálculos balísticos –, o ENIAC, em português “Computador e Integrador Numérico Eletrônico”. Estes equipamentos, estes “cérebros eletrônicos” eram enormes e ocupavam salas inteiras.

Já em 1951, surge o primeiro computador comercial, o LEO, e em 1960 a IBM lança o IBM/360, que marcou uma nova tendência na construção de computadores com o uso de pastilhas, que ficaram conhecidas como *chips*. Esses *chips* incorporavam, numa única peça de dimensões reduzidas, várias dezenas de transistores já interligados, formando circuitos eletrônicos complexos.

---

PODEMOS AFIRMAR QUE NO MUNDO  
CONTEMPORÂNEO AS PRINCIPAIS  
ATIVIDADES ECONÔMICAS, SOCIAIS,  
POLÍTICAS E CULTURAIS SÃO  
ESTRUTURADAS E MEDIADAS PELO  
COMPUTADOR.

---

Em 1971, Ted Hoff cria o microprocessador, permitindo a redução no tamanho dos equipamentos e viabilizando o aparecimento dos microcomputadores. A empresa *Apple Computer*, em 1977, lança o primeiro “computador caseiro”, o *Apple II*, e em 1979 o *VisiCalc*, primeiro programa comercial. Mais tarde, a *Microsoft* foi responsável pelo arremate que possibilitou a entrada do computador na casa das pessoas.

A Internet – conexão mundial de todas as diferentes redes de computadores ou “rede das redes” – nasceu, assim como o computador, de um projeto militar. Em 1969, durante a Guerra Fria, foi proposto o projeto de uma rede de comunicação descentralizada, um sistema militar de comunicação que se mantivesse mesmo sob um ataque nuclear. Vários centros de computadores compartilhariam as informações *on-line*; a intenção era de que a informação não seguisse uma única rota: seguiria o traçado de uma rede em que todos os pontos se comunicariam, e os nós dessa rede eram equipamentos localizados em pontos estratégicos. Foi desenvolvida a ARPANet, que, na década de 80, passa a denominar-se Internet. Vista como eficiente forma de comunicação, passa a ser amplamente utilizada para compartilhar informações e pesquisas no meio acadêmico e científico. A partir da década de 90, o interesse comercial pela rede nutre sua expansão.

Até hoje, desde sua criação, a Internet passou por várias fases, porém decisivo para sua popularização foi – além dos computadores pessoais – o desenvolvimento de um software com avançada capacidade gráfica, que tornou possível distribuir e captar imagens e outras interfaces da multimídia. Essa nova Revolução Tecnológica recebeu várias denominações: Revolução das Novas Tecnologias de Informações, Revolução Digital, Revolução Informacional e Era do Acesso.

Podemos afirmar que no mundo contemporâneo as principais atividades econômicas, sociais, políticas e culturais são estruturadas e mediadas pelo computador – as mais simples tarefas de nosso cotidiano, nas

nossas residências, no trabalho, nas escolas e, não podemos nos esquecer, nos nossos momentos de lazer. As novas tecnologias comunicacionais e informacionais fazem parte da condição humana. Nascemos com elas e, portanto, nossa percepção de mundo é alterada, queiramos ou não, a ponto de hoje nos referirmos a uma nova sensibilidade, a da era eletrônica, cuja intimidade com a tecnologia é passaporte obrigatório para os novos formatos de modelos de vida que estão sendo instaurados.

Para Santaella (2004, p. 31):

O aspecto sem dúvida mais espetacular naquilo que vem sendo chamado de “era digital”, na entrada do século XXI, está no poder dos dígitos para tratar de qualquer informação [...] com a mesma linguagem universal [...] uma espécie de esperanto das máquinas.

Importante refletir como essa tecnologia, que nasceu para dar conta do processamento de grande volume de informações no mundo empresarial e como estratégia militar, transformou e revolucionou nosso cotidiano configurando as relações sociais.

Antes que a palavra computador fosse usada correntemente, quando só havia as enormes máquinas militares e de grandes empresas, falava-se em “cérebro eletrônico”. Por quê? Porque se tratava de um objeto técnico muito diferente de todos até então conhecidos pela humanidade. De fato, os objetos técnicos tradicionais ampliavam a força física dos seres humanos (o microscópio e o telescópio aumentavam o limite dos olhos; o navio, o automóvel e o avião aumentam o alcance dos pés humanos; a alavanca, a polia, a chave de fenda, o martelo aumentam a força das mãos humanas [...]). Em contrapartida o “*cérebro eletrônico*” ou *computador amplia e mesmo substitui as capacidades mentais ou intelectuais dos seres humanos*. (CHAUI, 2003, p. 303; grifo nosso)

Outro salto foi o desenvolvimento do computador pessoal. O PC ou *Personal Computer* permitiu que o uso dessa nova tecnologia fosse ampliado para além do uso militar e das grandes corporações, e possibilitou sua entrada no cotidiano das pessoas: na escola, em casa, no trabalho. Nele, uma das transformações diz justamente respeito às nossas casas e aos nossos deslocamentos: a forma de habitar e, conseqüentemente, a forma de conviver uns com os outros.

Ao nos socializarmos de outra forma, já não habitaremos da mesma maneira. Serres (1997, p. 12) assinala que:

[...] já há muito tempo que telefonamos para os confins da Terra; as imagens vindas de longe deixaram de nos surpreender; separados por mil léguas, conseguimos reunir-nos para uma teleconferência e, inclusivamente, trabalhar juntos. Deslocamo-nos sem mover um dedo”. Para sua pergunta: Onde tem lugar essa conversa?, responde que “num sítio virtual”. Para ele as conversas parecem “fundir-se e difundir-se, como se um tempo novo organizasse um outro espaço. O ser aí expande-se.

O idoso – ou a pessoa acima de 60 anos – é testemunha viva da dissolução das antigas fronteiras e da conquista de novas terras pelo mundo virtual da comunicação. Ele vivencia a projeção de um Atlas sobre outro, o antigo e o novo mundo, adaptando-se a técnicas e formas de aprendizagem estranhas, mas que conduzem a um mundo que lhe é conhecido.

### **Novas tecnologias e velhice: novas formas de apreender as singularidades do século**

De acordo com essa realidade e tendo como certas a importância e a influência do computador na organização da vida social e do trabalho, a inclusão digital e a alfabetização tecnológica surgiram como uma nova forma de apreender o mundo virtual, atingindo todos os cidadãos.

---

PODEMOS AFIRMAR QUE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO AS PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS, SOCIAIS, POLÍTICAS E CULTURAIS SÃO ESTRUTURADAS E MEDIADAS PELO COMPUTADOR.

---

Para Moran, Masetto e Behrens (2000), na sociedade da informação todos estamos reaprendendo a conhecer, a comunicar, a ensinar e a aprender; a integrar o humano e o tecnológico; a integrar o individual, o grupal e o social. O saber e o aprender integram hoje as tecnologias imagéticas quanto as materiais (telemáticas, audiovisuais, textuais, orais, musicais, lúdicas e corporais). Conhecimentos que qualificam para acompanhar, fazer uso e participar da implementação dessas tecnologias que já não dizem respeito apenas às possibilidades de uso no cotidiano – serviços bancários, educação a distância, correio eletrônico, canais de sociabilização, jogos e pesquisa –, mas estendem-se também à possibilidade de participação na vida política: inserção no mundo.

No Brasil o acesso à Internet – e conseqüentemente aos recursos disponíveis – apresentou um crescimento relevante nos últimos anos em todas as faixas etárias. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2003, do IBGE, mostram que, entre os bens duráveis, o número de computadores nas residências foi o que mais cresceu nos últimos anos no Brasil, para a população em geral.<sup>4</sup> O computador estava presente, em 2003, em 7,5 milhões de domicílios (15,3%), sendo que 5,6 milhões (11,4%) dispunham de acesso à Internet. Em relação à população idosa, a Folha de S. Paulo<sup>5</sup>, no mesmo ano de 2003, informava que o número de internautas com mais de 65 anos crescia de 7,9 milhões para 9 milhões no mundo.

Em divulgação mais recente, a PNAD 2006<sup>6</sup> mostrou que o número de computadores nas residências praticamente dobrou desde 2001, quando chegou a 22,4% em 2006, principalmente no Norte urbano (de 6,7% para 12,4%), no Nordeste (de 5,2% para 9,7%), no Sul (de 13,9% para 27,9%) e no Centro-Oeste (de 10,6% para 20,4%).

Em estudo desenvolvido pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil – sobre o *Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil* (2006), concluído em 2007<sup>7</sup> –, os dados mostram um crescimento na posse de equipamentos e no acesso à Internet de 17% e 13% em 2005, 20% e 15% em 2006 e 24% e 17% em 2007, respectivamente. A mesma pesquisa – ao analisar as atividades desenvolvidas na Internet – indica que mensagens instantâneas e participação em sítios de relacionamento representaram mais de 50% dos motivos do acesso à rede, no ano de 2007. No item que identifica a proporção de indivíduos que usam a Internet com a finalidade de comunicação, mostra-se que, na faixa etária acima de 60 anos, 87,17% – sobre o total de usuários de Internet dessa faixa etária – utilizam a Internet para se comunicar; índice muito próximo do percentual da faixa entre 16 e 24 anos (85,01%) e acima do percentual de 71,97% da faixa de usuários entre 10 e 15 anos.

*Idosos no Brasil: vivência, desafios e expectativas na 3ª Idade*<sup>8</sup>, pesquisa realizada em 2006, parceria entre a Fundação Perseu Abramo, o SESC Nacional e SESC São Paulo, mostra a urgência de projetos e políticas públicas que ampliem o acesso ao mundo digital para a população. Dos idosos pesquisados – uma amostra de 2.136 cidadãos de 60 anos e mais, em 204 municípios de todas as regiões do Brasil –, 80% dos entrevistados relataram que, embora conheçam um computador, nunca o

4 Os dados apontam que, de 2001 para 2002, o crescimento foi de 15,1% e, de 2002 para 2003, de 11,4%, sendo que, entre os que tinham acesso à internet, o aumento nos dois períodos foi, respectivamente, de 23,5% e 14,5%. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 maio 2007.

5 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/informat/fr2611200314.htm>>. Acesso em: 24 mar. 2007.

6 Disponível em: <<http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/noticia/pnad-2006-percentual-de-domicilios-com-computador-praticamente-dobrou-entre-2001-e-2006>>. Acesso em: 30 nov. 2008.

7 Disponível em: <<http://www.cetic.br>>. Acesso em: 25 maio 2008.

8 Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=1642>>. Acesso em: 18 dez. 2007.

utilizaram. Com relação à Internet, 37% não sabem o que é e, embora 63% conheçam, 59% nunca utilizaram, apenas 1% costuma usá-la sempre e 3% utilizam apenas algumas vezes. Entre as razões do interesse pelo computador apresentadas estão a aquisição de conhecimento (11%) e a possibilidade de estabelecer comunicação com amigos e familiares distantes (7%).

---

A INTERNET PROPORCIONA A OPORTUNIDADE DE COMUNICAÇÃO ÁGIL, EFICIENTE E ABRANGENTE; ELA PERMITE A COMUNICAÇÃO DE MUITOS COM MUITOS. A EXPLORAÇÃO DA INTERATIVIDADE INCENTIVA A CRIATIVIDADE E A SOCIABILIDADE.

---

A pesquisa não responde ao porquê do pouco uso do computador. Um dos fatores, certamente, é a dificuldade de acesso a esses equipamentos, que exige um investimento inicial distante das possibilidades de grande parte da população brasileira – para o acesso à Internet, por exemplo, é necessário um computador, um provedor e uma linha telefônica, no mínimo, ou então o cabeamento –, associada à fragilidade das políticas governamentais para prover ao cidadão espaços públicos para uso dessa tecnologia.

Outra hipótese nos faz pensar que o distanciamento do velho em relação às novas tecnologias não vem – ao contrário de algumas considerações que ouvimos diariamente – da dificuldade desse cidadão em aprender *coisas novas ou preferir viver no passado*, mas simplesmente de uma falta de familiarização com essa linguagem. Grande parte dos idosos apresenta-se – espontaneamente – como incompetente diante dessa tecnologia. Moldam seu discurso a uma imagem instituída e posta como padronizada, que coloca que o “*velho não se interessa pela tecnologia*” ou “*que o velho não consegue aprender ou apropriar-se desses novos instrumentos*”. Ao mesmo tempo mencionam, orgulhosamente, como o neto – ainda não alfabetizado – manuseia o computador. Ora, não nos esqueçamos de que o “*neto de 5 anos, que mexe no computador de forma tão desinibida*”, nasceu mergulhado nessa cultura e tinha, muito provavelmente, em algum lugar ao seu redor essa máquina. Além disso, sempre é permitido às crianças – além de incentivado – o manuseio de equipamentos tecnológicos. Um exemplo são os brinquedos que já os mergulham nesse mundo, como o carrinho de controle remoto, o telefone celular, a máquina fotográfica digital cor-de-rosa ou azul e o *laptop* da mesma cor; com o velho – salvo raras exceções – ocorre o contrário.

A inclusão digital, tão em voga na grande mídia, pode ser mapeada e trazer estímulos como: instrumento de acesso à informação, construção



do conhecimento, readequação das possibilidades de comunicação, fonte de serviços, uma possibilidade de ampliação da rede social e estímulo à socialização, especialmente para os mais fragilizados.

Em programas voltados ao cidadão idoso, conceito importante é o do aprendizado permanente. Está distante e não nos serve mais a ideia do saber consolidado, estanque. Nesse momento histórico em que o uso das tecnologias – particularmente a Internet – possibilita-nos de forma democrática o acesso a informações, são necessários esforços para que todos possam mergulhar nas fronteiras virtuais em igualdade de condições, incentivando a aprendizagem personalizada, a partir do interesse de cada um. Por outro lado, na sociedade de informação em que vivemos, a comunicação é elemento essencial para uma participação cidadã.

A singularidade do nosso século são as redes de comunicação. Tanto é que a comunicação é tida como um aspecto dos Direitos Humanos, reconhecida e incorporada como essencial no *Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento*, na Assembleia Mundial do Envelhecimento (Madri, 2002). O conceito de comunicação como direito humano está no primeiro relatório da comunidade internacional sobre Direitos Humanos, publicado há mais de 25 anos, em 1980, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em Paris, e lançado no Brasil em 1982.

O relatório, chamado *Um mundo e muitas vozes – comunicação e informação na nossa época*, e conhecido como MacBride, foi elaborado sob a presidência do jurista e jornalista irlandês Sean MacBride<sup>9</sup>. Nele, o direito à comunicação é entendido como um “prolongamento lógico do progresso constante rumo à liberdade e à democracia”. O Relatório MacBride, um documento contraditório em muitos pontos, é até hoje o mais completo relato já produzido sobre a importância da comunicação na contemporaneidade.

A Internet proporciona a oportunidade de comunicação ágil, eficiente e abrangente; ela permite a comunicação de muitos com muitos. A exploração da interatividade incentiva a criatividade e a sociabilidade. Hoje podemos identificar exemplos de uso do mundo virtual no cotidiano dos velhos, alterando perspectivas de isolamento. Conforme Sant’Anna (2006, p. 108):

<sup>9</sup> Unesco, *Um mundo e muitas vozes – comunicação e informação na nossa época*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.

Atualmente, em diversos países, pessoas idosas com problemas de audição ou de locomoção têm possibilidade de ampliar contatos com moradores de diferentes regiões graças à Internet. [...] Algumas delas possibilitam a construção de rede de laços afetivos e informativos sem a presença real dos corpos [...].

Às possíveis críticas sobre as relações que se estabelecem pela Internet, Castells (2003, p. 104), ao relatar estudos sobre a perda de sociabilidade por internautas “assíduos”, relata que

de modo geral, o corpo de dados não sustenta a tese de que o uso da Internet leva a menor interação social e maior isolamento social. Há alguns indícios, porém, de que, sob certas circunstâncias, o uso da Internet pode servir como um substituto para outras atividades sociais. Como os estudos que sustentam teses alternativas foram realizados em diferentes momentos, em diferentes contextos e em diferentes estágios da difusão do uso da Internet, é difícil chegar a uma conclusão a respeito dos efeitos da Internet sobre a sociabilidade [...] o estudo da sociabilidade na/sobre/com a Internet deve ser situado no contexto da transformação dos padrões de sociabilidade de nossa sociedade [...] não significa menosprezar a importância do meio tecnológico, mas inserir seus efeitos específicos na evolução geral de padrões de interação social [...].

---

A RECORDAÇÃO EMERGE NÃO  
COMO UMA SOMA PROGRESSIVA E  
ISOLADA DE FATOS QUE TORNAMOS  
A COSTURAR, MAS COMO ALGUMA  
COISA GLOBALMENTE UNITÁRIA E  
SIGNIFICATIVAMENTE ESTRUTURADA  
PARA OS FINS DE UMA MAIOR COESÃO  
DA ENERGÉTICA PSICOLÓGICA.

---

O computador, em todo esse processo, é apenas uma máquina que redimensiona as limitações corporais do homem. Assim, refletindo sobre uma velhice fragilizada, poderíamos pensar que o computador, como máquina, pode, sim, devolver sentido ao corpo e inseri-lo no universo técnico, que prima por velocidade, resistência, potência, dinamismo e precisão. É importante, para o indivíduo que está envelhecendo, entender que seu corpo precisa adaptar-se às circunstâncias tecnológicas.

### Sociabilidade, comunidade e Internet

Compreendemos o homem, historicamente, como um ser gregário: apesar de a pós-modernidade apresentar o individualismo como predicado relevante, somos seres sociais, buscamos relações, faz parte de nossa

característica buscar aproximações, articularmo-nos em grupos ou comunidades, ontem e hoje.

Qual a importância e como a Internet pode contribuir para essa nova possibilidade de estabelecer relações sociais, já que o espaço virtual reinventa o espaço social e organiza novas interações sociais?

A Internet é um meio que permite a comunicação de muitos com muitos: sítios de relacionamento, *blog*, correio eletrônico, salas de bate-papo, MSN, *Second Life*, entre outras possibilidades. Essa sociabilidade deve ser observada e analisada no contexto da transformação dos padrões de sociabilidade de nossa sociedade. Para isso, apoiando-nos na concepção de comunidade que se caracteriza pelo interesse comum, o sentimento de pertencimento – quando o indivíduo se sente parte de um todo maior –, a permanência, além de ligações emocionais ou afetivas, entre outros aspectos. Estendemos essa concepção para as comunidades virtuais:

Na rede, o indivíduo busca pessoas que têm os mesmos interesses, afinidades e valores que ele, seja nas salas de bate-papo (chats) ou em comunidades virtuais [...] visto que geram sociabilidade, relações e redes de relações humanas [...]. O mesmo acontece com qualquer blog, site pessoal, fórum de discussão ou ambiente de produção coletiva. Nessa linha de raciocínio, destaca que, dentro de uma comunidade virtual, ainda são pessoas “de verdade” que ali se encontram, mesmo estando fisicamente distantes e invisíveis, graças à tecnologia. (REULE, 2007)

Pesquisa concluída pelo Instituto Pew Internet, nos Estados Unidos, e divulgada recentemente<sup>10</sup>, dá conta da importância do estabelecimento de redes sociais na Internet, uma rede que não depende de territórios definidos ou ligações locais; pelo contrário, os usuários cada vez mais fazem parte de redes espalhadas geograficamente.

A pesquisa aponta para o fato de o estabelecimento dessas ligações virtuais criarem uma nova base para o surgimento de uma nova comunidade. Em vez de depender apenas de uma única comunidade para apoio social, os usuários, com frequência, ampliam suas experiências e procuram e relacionam-se ativamente com uma variedade de pessoas e de recursos apropriados para diferentes situações.

Além do mais, tomando como base o valor terapêutico do exercício de escrever, como mecanismo de alívio de estresse, pesquisas recentes

**10** Ver “Força das ligações da internet”, em *Internet fortalece relações sociais*. Disponível em: <<http://www.bbcbrasil.com>>. Acesso em: 21 jul. 2008.

demonstram que o ato de expressar-se pela escrita (como nos *blogs*, por exemplo) pode estimular a memória, o sono e melhorar o sistema imunológico de pacientes atingidos por doenças graves como a AIDS ou o câncer.

---

O MUNDO VIRTUAL CRIA E ESTABELECE NOVOS PARADIGMAS TEMPORAIS E ESPACIAIS. DISTÂNCIAS INTRANSPONÍVEIS – QUE PODERIAM REPRESENTAR LIMITES FÍSICOS – COM A TECNOLOGIA SÃO TRANSPOSTAS EM TEMPOS IMEDIATOS, TRANSFORMANDO-SE ASSIM EM ALTERNATIVAS ÀS LIMITAÇÕES DETERMINADAS PELA FRAGILIDADE DO CORPO HUMANO.

---

É o que demonstra o trabalho realizado no Tufts-New England Medical Center, em Boston, envolvendo 234 pacientes portadores de câncer, os quais foram divididos em três grupos e monitorados durante oito semanas sobre suas dores. O primeiro tinha como tarefa preencher cotidianamente um questionário sobre as dores que sentia; o segundo deveria escrever sobre como se sentia e o terceiro ficou como controle. Como resultado o estudo concluiu que aqueles que escreviam sentiam menos dor e mal-estar.

Esse estudo só traz subsídios científicos para o que milenarmente vem se fazendo. Soranus, famoso médico de Roma, recomendava a leitura de poesia e drama a seus pacientes já no primeiro século d.C. O que foi reforçado pelo criador da psicanálise, Sigmund Freud, ao reconhecer que a literatura havia descoberto o inconsciente antes dele. A prática de colocar livros ao alcance de pacientes hospitalizados (coisa que Benjamin Franklin defendia já no século 18) evoluiu para uma forma sistematizada de tratamento, a biblioterapia, e também para a formação de grupos e instituições que usam o ato de escrever como forma de tratamento (SCLIAR, 2008).

O *blog* – uma espécie de diário virtual – tornou-se o centro dessas pesquisas, algumas delas tentam traçar análises sobre o comportamento do cérebro antes e depois do ato de escrever, pois se acredita que há uma relação entre a escrita expressiva e alterações biológicas.

Como resultado, alguns hospitais nos EUA começaram a hospedar blogs de pacientes-blogueiros em seus *websites*. Nancy Morgan (apud WAPNER, 2008, p. 17), autora de artigo sobre os benefícios da escrita expressiva na revista *Oncologist*, argumenta que “as pessoas estão se conectando e testemunhando as expressões uns dos outros – a base para a formação de uma comunidade”.

O aumento constante do número de pessoas conectadas no mundo virtual criou novas formas de se pensar a saúde no país. O Google Brasil

lançou em 2008 uma pesquisa sobre o uso da Internet no Brasil por médicos e por pacientes, encomendada pela Media-Screen, registrando que 20% dos pacientes dos médicos trazem informações para a consulta.

Na ocasião do lançamento da pesquisa, a diretora de negócios da vertical de Saúde do Google, Adriana Grineberg, em entrevista à imprensa nacional, chegou a comentar que com a Internet 2.0 a saúde acaba mudando o perfil e o consumidor começa a ganhar novamente o poder e a participação:

Assim como na época dos gladiadores, em que o imperador perguntava para os espectadores se o gladiador merecia viver ou morrer, a Internet proporciona a mesma percepção atualmente. Por meio da web, um paciente busca melhores drogas, equipamentos, hospitais, especialistas e registra a sua opinião sobre tudo para todos<sup>11</sup>.

O mundo virtual cria e estabelece novos paradigmas temporais e espaciais. Distâncias intransponíveis – que poderiam representar limites físicos – com a tecnologia são transpostas em tempos imediatos, transformando-se assim em alternativas às limitações determinadas pela fragilidade do corpo humano.

## Qual o lugar do velho?

O que teria mudado na sociedade contemporânea em relação ao cenário posto por Simone de Beauvoir, em sua obra clássica sobre a velhice, quando a autora afirma que:

Aí está porque escrevo este livro: para quebrar a conspiração do silêncio [...]. É preciso perturbar sua tranquilidade. Com relação às pessoas idosas, essa sociedade não é apenas culpada, mas criminosa. Abrigada por trás dos mitos da expansão e da abundância, trata os velhos como párias. (BEAUVOIR, 1990, p. 8)

A mudança faz-se à medida que a velhice, na atualidade, é tema importante, fala-se mais dela – tornou-se objeto de estudos e estatísticas –, mas é ainda interpretada como algo negativo e carregada de simplificações, como ressalta Silvana Tótora (2006, p. 36):

**11** Cf. artigo intitulado “Internet muda perfil da saúde no Brasil”. Disponível em: <<http://www.saudebusinessweb.com.br>>. Acesso em: 4 set. 2008.

Em uma cultura, que valoriza os excessos de prazeres e o culto da felicidade como ausência de sofrimentos, doença e dor, ser velho é privação. Se o tempo se consome em um movimento linear e a morte é algo que se quer exorcizar, ser velho assume um estatuto negativo [e envelhecer] um mal reservado àqueles que não seguiram uma prescrição correta de vida.

---

O VELHO ESTÁ NO CIBERESPAÇO,  
FAZ PARTE DAS REDES SOCIAIS  
NA INTERNET CONECTANDO-SE  
COM PESSOAS E FORJANDO NOVOS  
LAÇOS SOCIAIS, A PARTIR DE SUAS  
ANGÚSTIAS EXISTENCIAIS.

---

Diante dessa perspectiva, generaliza-se e uniformiza-se a velhice, desprezando a singularidade e a potencialidade de cada ser. O olhar lançado sobre a velhice na contemporaneidade desvaloriza-a diante da juventude e abre caminho a uma série de situações discriminatórias. Por exemplo, parece natural – mas não é e não deve ser encarado assim – que a criança seja estimulada a descobrir e aprender coisas novas, ao passo que para o velho se quer como que concluído. É como aquela história que já ouvimos várias vezes, para a criança pergunta-se “... o que vai ser quando crescer...” e para o velho “... o que você foi...”, duvidando do seu potencial de vir a ser e determinando-se como concluída sua formação, ignorando seu futuro.

Em uma sociedade em que a aparência – feio/bonito, gordo/magro, jovem/velho – e o status social condicionam a possibilidades de encontros, de concretização de relações ou não, o ciberespaço pode ser o lugar privilegiado para a quebra desses paradigmas, favorecendo a criação de novas formas de contato – a emergência de uma nova sociabilização. É importante ressaltar que a comunicação pela Internet não substitui outras formas de relação, mas surge, sim, como mais um recurso de sociabilização, abalizado por pesquisadores que entendem o ciberespaço – na sociedade do século 21 – como terreno importante de comunicação e de interação social, espaço que cabe ao homem explorar em todas as suas potencialidades positivas. Os velhos já se deram conta da importância desse recurso e se apropriam dessa ferramenta comunicando-se em salas de bate-papo, criando *blogs*, relacionando-se no *Orkut*, fazendo uso do correio eletrônico. O velho está no ciberespaço, faz parte das redes sociais na Internet conectando-se com pessoas e forjando novos laços sociais, a partir de suas angústias existenciais.

Ao passo que no filme *Sob o sol de Toscana* (direção e roteiro de Audrey Wells, baseado em livro de Frances Mayes) a ficção nos mostrava – como inusitado – uma personagem idosa que se comunicava por *e-mail*

com seu namorado em outro país, hoje já é comum encontrar na mídia exemplos de personagens reais – embora ainda marcados por estereótipos, vistos como excepcionalidade e encarados como raridade – de velhos que fazem uso e estabelecem relações sociais pela Internet.

Um exemplo – que já ganhou o mundo e grande popularidade – é o de Maria Amélia Soliño, espanhola que aos 95 anos ganhou de seu neto – como presente de aniversário – um *blog*<sup>12</sup>. Maria Amélia escreve muito e recebe comentários – aos seus posts – de todas as partes do mundo. Afirma que a Internet mudou sua vida e que hoje não poderia viver sem ela. Tornou-se figura iminente na Espanha, encontra-se com figuras importantes do cenário nacional – já foi recebida pelo primeiro-ministro socialista espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero – e é cortejada por partidos políticos. No seu espaço virtual, em vários momentos exorta outros velhos a criarem seus próprios *blogs*. Esse espaço social – em seu entender – pode ser uma alternativa ao isolamento a que alguns idosos estão sujeitos.

Seu blog remete o internauta também ao de outros velhos. Caso, por exemplo, de Olive Rilley, australiana falecida em meados de 2008 que mantinha um blog de expressão individual<sup>13</sup>. Olive era considerada a blogueira mais velha do mundo, com 108 anos.

Olive andava em cadeira de rodas, tinha postado em seu *blog* – seu amigo Mike digitava seus posts – inúmeros textos, desde fevereiro de 2007, sobre a vida moderna e suas experiências no século XX. Comunicava-se através de seu blog com pessoas de todo o mundo e dizia que gostava da notoriedade que tinha adquirido porque lhe permitia manter a mente fresca.

Maria Amélia e Olive mantinham contato social na blogosfera<sup>14</sup>. Aqui, para ambas, o ciberespaço permitiu a ampliação dos seus espaços sociais. Além de este ser um admirável exemplo do acesso ao ciberespaço no cotidiano dos velhos – ou para pessoas com qualquer tipo de fragilidade –, demonstra, também, como podem ser alteradas as perspectivas de isolamento.

No Brasil não é diferente, basta uma pesquisa rápida na *web* para encontrarmos exemplos de velhos totalmente integrados a esse universo. O escritor e jornalista Fernando Jorge<sup>15</sup> – 80 anos – declara-se encantado com o potencial para difusão de ideias da rede. Além de dois *blogs*, Fer-

<sup>12</sup> amis95.blogspot.com/

<sup>13</sup> www.allaboutolive.com.au/

<sup>14</sup> Entendemos aqui como blogosfera a comunidade formada por quem constrói, disponibiliza, acompanha e lê conteúdos de blogs.

<sup>15</sup> fernandojorge88.blog.terra.com.br/

---

O FATO É QUE OS VELHOS ESTÃO  
RECUSANDO-SE A PERMANECER  
NOS LUGARES QUE LHES  
FORAM DEFINIDOS SOCIAL E  
CULTURALMENTE. NÃO ESTÃO MAIS  
RESTRITOS À DIMENSÃO PRIVADA  
NEM AO MUNDO MATERIAL, O  
QUE É FUNDAMENTAL PARA SEREM  
VISTOS COMO CIDADÃOS E SERES  
AUTÔNOMOS.

---

nando Jorge mantém um *site*, uma comunidade no *Orkut* e utiliza o correio eletrônico com frequência. Segundo Fernando, o *blog* ampliou seu universo de leitores e de amigos. Além disso, diz perceber na blogosfera uma possibilidade de intercâmbio, de troca de informações e fonte de pesquisa para suas obras.

Outro exemplo é a dona de casa Astrid<sup>16</sup>. Casada, com filhos, encontrou na Internet a possibilidade de comunicar-se, criar um espaço para divulgar suas ideias e poesias de autores anônimos. Criadora de outros *blogs*, *flogs* e *videologs*, Astrid possui *Orkut* e utiliza MSN e correio eletrônico com a mesma desenvoltura com que usa o telefone. Não descuida das reuniões familiares aos domingos, mas declara que considera a relação virtual mais “profunda”, já que não interessam raça, religião ou cor do outro com quem se relaciona.

### Algumas reflexões

Está claro que a comunicação mediada pelo computador cria um novo espaço de sociabilidade e nova forma desta, no entanto o ponto crucial é o momento histórico em que se estabelece esta discussão.

O processo de interação no espaço virtual da Internet ainda é razoavelmente recente, levando-se em conta que a popularização da rede no Brasil deu-se a partir da década de 90, do século XX. Hoje, nesta sociedade que cultua a juventude e onde vigora uma série de práticas e preconceitos em relação ao velho, ele apropria-se – apesar dos entraves e dos estereótipos – desse novo espaço de relações de interações sociais e transforma-se em peça de resistência diante da sociedade que o percebe como incompetente e naturalmente distante desse ambiente.

O fato é que os velhos estão recusando-se a permanecer nos lugares que lhes foram definidos social e culturalmente. Não estão mais restritos à dimensão privada nem ao mundo material, o que é fundamental para serem vistos como cidadãos e seres autônomos. Apropriam-se de espaços públicos e virtuais que lhes dão visibilidade e sua presença nesses espaços – em qualquer instância – é essencial para trazer para a pauta de discussão as questões relacionadas à existência humana, especialmente à

<sup>16</sup> poemasepoesiasdeamor.  
blogspot.com/



velhice, alterando paradigmas e percepções sobre o processo de envelhecimento e sobre o sujeito: o velho, até então relacionado a doenças, ou ainda apenas e tão-somente a perdas e limitações.

Ao lançar um olhar que vincula a exploração do mundo virtual à reflexão sobre as relações que daí podem surgir – tendo-se como base as relações estudadas e compreendidas, até o momento, no ciberespaço –, enfatizamos principalmente a qualidade das relações. Entendemos que o acesso e a familiarização com as tecnologias informacionais fundem os velhos modelos de vida com os novos formatos de existência que estão sendo instaurados na nossa cultura.

A comunicação consciente [...] é o que faz a especificidade biológica da espécie humana. Como nossa prática é baseada na comunicação, e a Internet transforma o modo como nos comunicamos, nossas vidas são profundamente afetadas por essa nova tecnologia da comunicação. Por outro lado, ao usá-la de muitas maneiras, nós transformamos a própria Internet. Um novo padrão sociotécnico emerge dessa interação. (CASTELLS, 2003, p. 10)

No ciberespaço outro Atlas é desenhado. É desconstruída a noção convencional de espaço material como o conhecemos, no qual se rompe a noção do tempo da sucessão cronológica – compartimentado da modernidade –, onde distâncias são transpostas em tempos “imediatos” e as relações se pautam pelo tempo da interação, definindo a construção de novas relações com o velho baseadas na existência humana. Acreditamos, como Serres (1997), que essas novas narrativas traçam um outro mapa-múndi que prepara o silêncio da saúde, seja pela democratização do conhecimento e conseqüentemente por maior controle sobre o próprio corpo, seja pelos espaços sociais e terapêuticos instaurados na rede. Um mapa que cose, tece, urde e desenha os entrelaçados e as expansões do humano, uma vez que é constituído dos seres, dos corpos, das coisas e questões existenciais. As tecnologias comunicacionais oferecem-nos oportunidades para cartografarmos a vida!

---

UM MAPA QUE COSE, TECE, URDE  
E DESENHA OS ENTRELÇADOS E AS  
EXPANSÕES DO HUMANO, UMA VEZ  
QUE É CONSTITUÍDO DOS SERES, DOS  
CORPOS, DAS COISAS E QUESTÕES  
EXISTENCIAIS. AS TECNOLOGIAS  
COMUNICACIONAIS OFERECEM-  
NOS OPORTUNIDADES PARA  
CARTOGRAFARMOS A VIDA!

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 243p.
- CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2003.
- MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. São Paulo: Papirus, 2000.
- REULE, Danielle Sandri. De máscaras e espetáculo: formas de construção do sujeito pós-moderno virtual. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007, Santos. *Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. – Santos, 29 a 2 de setembro. CD-ROM.
- SANTAELLA, Lucía. *Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo*. São Paulo: Paulus, 2004.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzi. Entre o corpo e os incorporais. I: SANT'ANNA, Denise Bernuzi. *Velhices: reflexões contemporâneas*. São Paulo: SescSP/PUC-SP, 2006. p. 108.
- SERRES, Michel. *Atlas*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- SCLIAR, Moacyr. *Escrever é terapia*. Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <[http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from\\_info\\_index=11&inford=7840&sid=613](http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=11&inford=7840&sid=613)>. Acesso em: 25 ago. 2008.
- TÓTORA, Silvana. Ética da vida e envelhecimento. In: CÔRTE, B.; MERCADANTE, E.; ARCURI, I. (Orgs.). *O envelhecimento e velhice: um guia para a vida*. V. II. São Paulo: Vetor Editora, 2006. p. 36-41.
- WAPNER, Jessica. O remédio é escrever: o valor terapêutico de criar *blogs* torna-se foco de estudo. *Scientific American Brasil*, São Paulo, v. 6, n. 74, p. 17, julho 2008.

# Um jovem direito: direito do idoso

ANNA CRUZ DE ARAÚJO PEREIRA DA SILVA

## RESUMO

---

Este artigo apresenta o contexto de emergência de um novo campo de estudo para o Direito, o Direito do Idoso, discutindo sua abrangência, sua autonomia formal e material, e investigando de que maneira o envelhecimento se torna um fenômeno jurídico a partir do estabelecimento de categorias etárias como critérios suficientes à distribuição de direitos. Confrontando a literatura brasileira à norte-americana, discute-se a formação do “advogado-gerontologista” e as contribuições mútuas entre Direito e Gerontologia. São ainda analisadas as ideias de “idoso” e “curso de vida”, defendendo-se a perspectiva de que, apesar do esforço conceitual de homogeneização, o envelhecimento é um processo heterogêneo e complexo e o exercício de direitos deve ser contínuo e não parcelado em faixas de idade.

**Palavras-chave:** envelhecimento da população, direitos e cidadania, gerontologia.

## ABSTRACT

---

This article presents the context for the emergence of a new field of law called Elder Law by discussing its scope as well as its formal and

Advogada, especialista em Geriatria e Gerontologia (UERJ), mestra em Direitos Humanos (UFPA),  
hilton.anna@gmail.com



material autonomy, and by investigating how aging becomes a juridical phenomenon upon the establishment of age groups as a sufficient criterion for the distribution of rights. By confronting the literatures of Brazil and United States, it also discusses the formation of the “elder law attorney” and the mutual contributions between Law and Gerontology. In addition, it analyzes the concepts of “elderly person” and “life course”, and defends the view that, despite the conceptual effort towards homogenization, aging is a complex and heterogeneous process and that exercising one’s rights should be a continuous effort and not be segmented by age group.

**Key-words:** population aging , rights and citizenship, Gerontology.

*Pro “seu” Armando*

## INTRODUÇÃO

---

O Direito, em atenção à sua tarefa de coordenar a diversidade, mediando conflitos e estimulando colaborações, especializa-se em vários ramos, como Direito do Trabalho, Direito do Consumidor, Direito Penal, Direito Eleitoral, etc. Cada ramo, embora informado pelos conceitos gerais do Direito, é dotado de regras, institutos e princípios próprios, a fim de satisfazer uma demanda específica.

O Direito do Idoso vem se constituindo em uma especialidade legal por quatro razões principais: a primeira razão é um imperativo demográfico, à medida que cresce mundialmente o número de adultos maiores de 60 anos; a segunda, derivando da primeira, é o aumento dos gastos com pensões e seguridade social, provocando forte impacto no orçamento público e respostas governamentais, em geral, traduzidas em numerosas e detalhadas regulamentações; a terceira razão é a repercussão destes fenômenos na comunidade, sobretudo nos cuidadores, que se deparam com diversas questões legais referentes ao ato de cuidar; a quarta razão é que os idosos não se tornaram apenas numericamente expressivos, mas representam também uma classe com visibilidade política e razoavelmente articulada (associações de aposentados, universidades para a terceira idade, etc.) (FROLIK & KAPLAN, 2004).

O surgimento desta nova disciplina se deve ainda à tendência à especialização dos Direitos Humanos, justificada pela necessidade de se tutelar grupos, muitas vezes minoritários (minorias étnicas, sexuais, religiosas, crianças, deficientes, etc.), que por sua maior fragilidade carecem de especial proteção (BOBBIO, 2004). Assim, como percebe Sousa (2006, *website*):

Os idosos, articulados, fizeram todo o percurso para a construção de uma identidade. Atraíram a atenção do grande público para as adversidades a que o segmento é normalmente exposto, e para reivindicações pontuais e históricas; obtiveram legitimação, mediante a enunciação e formulação pública, transformando o envelhecimento em problema social; fizeram muita pressão e ganharam expressão. Esse foi o meio-caminho para arrebatarem uma *singularidade* no campo dos direitos.

---

NO SURGIMENTO DESTES  
“NOVOS DIREITOS” E DE  
“NOVOS SUJEITOS DE DIREITO”,  
CABE PERGUNTAR QUEM É  
“IDOSO”. O ENVELHECIMENTO  
E, CONSEQUENTEMENTE, A  
IDENTIFICAÇÃO DE ALGUÉM COMO  
IDOSO PODEM SER DEFINIDOS  
A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA  
BIOLÓGICA, RELACIONANDO OS  
EFEITOS DA PASSAGEM DO TEMPO NO  
ORGANISMO DO INDIVÍDUO.

---

Ademais, a influência da Gerontologia, ao alertar para a especificidade do indivíduo idoso, também despertou interesses e acabou por sensibilizar a sociedade e o Estado para a velhice. É neste contexto que Prado & Sayd (2006) notam o surgimento, particularmente a partir das últimas duas décadas, não apenas de serviços especializados, universidades abertas, centros de estudo, programas de pós-graduação, orientações curriculares, entidades civis voltadas para idosos, cuidadores e familiares, como também de instrumentos normativos (leis, planos de ação, políticas nacionais, etc.) que criam direitos aos idosos e deveres ao Estado, à família, à comunidade e à sociedade.

A produção normativa representa o substrato formal à constituição de um novo campo do Direito. Internacionalmente, dois Planos de Ação da ONU (de Viena em 1982 e de Madri em 2002) e uma Declaração de Princípios (1991) estabeleceram recomendações aos Estados, guiando entendimentos e a formulação de políticas e programas destinados ao envelhecimento (SILVA, 2007a). No âmbito interno, o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) e a Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994) são marcos legais importantes, fixando direitos, deveres e também diretrizes e princípios.

Tais princípios garantem, para além de um estatuto próprio a conferir autonomia formal, autonomia material ao Direito do Idoso. Neste sentido, participação, autonomia, não-discriminação, atenção à diversidade e promoção de conhecimento regem a Política Nacional (art. 3º, BRASIL, 1994), secundando os princípios declarados pela ONU, quais sejam, independência, participação, cuidado/assistência, autorrealização e dignidade (2000, *website*).

### Envelhecimento: um fenômeno jurídico

No surgimento destes “novos direitos” e de “novos sujeitos de direito”, cabe perguntar quem é “idoso”. O envelhecimento e, conseqüentemente, a identificação de alguém como idoso podem ser definidos a partir de uma perspectiva biológica, relacionando os efeitos da passagem do tempo no organismo do indivíduo; a partir de uma perspectiva psicológica, examinando mudanças nas funções mentais, na personalidade e na identidade com o passar dos anos; ou ainda a partir de perspectiva gerontológica, que integra os dois aspectos anteriores a uma dimensão social, considerando tanto o idoso individualmente, em microescala, quanto o idoso no contexto social, em macroescala (VICTOR, 2005).

O termo “idoso” é, de todo modo, problemático, porque não designa uma categoria homogênea. Victor (2005) chama atenção para o fato de que seria impossível uma única palavra abranger, por exemplo, o intervalo de 40 anos que separa sujeitos de 65 e 105 anos. Assim, ainda que haja necessidades constantes em idades avançadas, como há em todas as faixas de idade, não há “um idoso”, mas heterogêneos processos pessoais de envelhecimento.

Gaglietti & Barbosa (2007) questionam se a idade é um elemento natural suficiente para servir de critério à categorização de sujeitos ou se a classificação dos indivíduos se deve antes a uma série de articulações de instituições e agentes no espaço social. Neste sentido, ser idoso seria menos um dado imutável, claramente definido, e mais uma elaboração de representações culturais, econômicas, midiáticas, legais, etc.

---

QUESTIONAM SE A IDADE É UM ELEMENTO NATURAL SUFICIENTE PARA SERVIR DE CRITÉRIO À CATEGORIZAÇÃO DE SUJEITOS OU SE A CLASSIFICAÇÃO DOS INDIVÍDUOS SE DEVE ANTES A UMA SÉRIE DE ARTICULAÇÕES DE INSTITUIÇÕES E AGENTES NO ESPAÇO SOCIAL.

---

O envelhecimento é, assim, também um fenômeno jurídico. O Direito estipula cortes etários bastante precisos aos quais certos direitos são atribuídos: o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) considera criança a pessoa de até 12 anos incompletos e adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos de idade; o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) considera idosa a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos; entre 18 e 60 anos, portanto, tem-se o “adulto jovem”.

---

O DIREITO DO IDOSO REFERE-SE, ASSIM, AO DIREITO DE MANTER-SE VIVO, AO DIREITO À INTEGRAÇÃO E SOLIDARIEDADE INTERGERACIONAL, DIREITO A NOVOS PADRÕES DE MERCADO, CONSUMO, TRABALHO E TAMBÉM DIREITOS QUE DEVEM SER GOZADOS ANTES DA VELHICE, PARA QUE POSSA O INDIVÍDUO SE PREPARAR PARA SUA CHEGADA.

---

Segundo Gaglietti & Barbosa (2007), a manipulação de faixas de idade encobre uma disputa por definição dos poderes associados aos diferentes momentos do ciclo da vida. Desse modo, estabelecer uma idade legal equivale a oficializar uma margem etária, criando uma categoria evidente à qual prerrogativas especiais são conferidas.

No entanto, ainda que o art. 1º do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) delimite sua abrangência ao afirmar que se destina a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, o Direito do Idoso não se encerra simplesmente na proteção deste grupo. Em primeiro lugar, é de todo inócua “guardar” direitos para distribuição tardia: o satisfatório cumprimento dos direitos a saúde, trabalho, cultura, educação depende de exercício contínuo, de uma vida inteira, pois não é possível desvincular o idoso de hoje do jovem do passado; não há direitos “mágicos”, surgidos em um aniversário, mas somente conquistados e mesmo negociados em uma existência que se inscreve no ambiente coletivo e no tempo comum (SILVA, 2007b). Em segundo lugar, o Direito do Idoso vem se afirmando em realidade como Direito ao Envelhecer ou, no dizer de Frolik (2002), “later life planning”.

O Direito do Idoso refere-se, assim, ao direito de manter-se vivo, ao direito à integração e solidariedade intergeracional, direito a novos padrões de mercado, consumo, trabalho e também direitos que devem ser gozados antes da velhice, para que possa o indivíduo se preparar para sua chegada (ARAUJO, 2005).



Desse modo, é de se conceber o Direito do Idoso não apenas como uma “área do Direito relacionada aos problemas legais de pessoas consideradas idosas” (HELEWITZ, 2001, p. 1; tradução nossa), mas como um campo do Direito que, apoiado no estudo de problemas, interesses e potencialidades dos idosos, compõe-se de preceitos e institutos específicos cujas interpretação, integração e aplicação possibilitam um envelhecimento digno ao indivíduo e a construção de uma sociedade inclusiva.

A ideia de um Direito com projeções tanto retrospectivas quanto prospectivas, voltando à infância para assegurar condições ao envelhecimento saudável e alcançando o termo final da existência visando a garantir o direito de morrer dignamente, adequa-se ao conceito de “curso de vida” e à perspectiva de que diferentes papéis sociais são assumidos ao longo da vida, mas a experiência de assumi-los varia enormemente por conta das distintas histórias individuais, não sendo as unidades etárias categorias estanques ou uniformes (JACOBS, 2006). “Curso de vida” substitui, então, a noção de “ciclo da vida”, na qual as periodizações unilineares e universalizantes desprezam peculiaridades sociais e culturais; por meio do “curso de vida” relativizam-se as normas consideradas apropriadas para cada estágio, valorizando-se o pluralismo (DEBERT, 2004).

---

“A GARANTIA DO DIREITO À VELHICE DECORRE DA EFETIVA GARANTIA DE TODOS OS DIREITOS ESSENCIAIS DO SER HUMANO DURANTE TODAS AS FASES DA SUA EXISTÊNCIA”

---

Entendido desta maneira, o Direito do Idoso deixa de representar um segregador, um conjunto de privilégios em favor de um grupo que se esforça para se distinguir e excluir, assim, o que lhe for alheio (SILVA, 2007b); ele passa a conjugar, de modo interdisciplinar, direitos do curso de vida, direitos de uma vida planejada para ser longa. Em concordância, Ramos pontua que “observe-se que se não são assegurados direitos elementares às pessoas quando elas são crianças, adolescentes e adultas, elas simplesmente perdem o direito de se tornarem velhas” (2002, p. 49), para concluir, afinal, que “a garantia do direito à velhice decorre da efetiva garantia de todos os direitos essenciais do ser humano durante todas as fases da sua existência” (2002, p. 51).

---

AS SUBESPECIALIDADES DO DIREITO DO IDOSO PROVÊM DE DOIS TEMAS PRINCIPAIS, QUAIS SEJAM, VULNERABILIDADE E MORTE: AO PASSO QUE O PRIMEIRO ENVOLVE POLÍTICAS AFIRMATIVAS, PROTEÇÃO CONTRA VIOLÊNCIA, PRESERVAÇÃO DA AUTONOMIA, O ÚLTIMO REFERE-SE A DIREITOS SUCESSÓRIOS E TESTAMENTOS.

---

## O “advogado-gerontologista”

Apesar de ter o Direito do Idoso tal amplitude, ele ainda é comumente associado apenas a questões previdenciárias, acesso à saúde, gratuidades e direito a atendimento prioritário (frequentemente, prosaico atendimento preferencial em filas e mais raramente compreendido o direito à prioridade como preferência em disposições orçamentárias, em execução de políticas públicas, etc.).

Este desconhecimento se deve ao fato de que, conforme Beaulieu & Spencer (1999) verificam, são poucos os artigos escritos por advogados sobre envelhecimento ou sobre assuntos legais relacionados ao envelhecer. Quando muito, o que se encontra na literatura jurídica são comentários a leis, neste caso, notadamente, o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003). Em consonância, Ramos afirma que “os estudiosos do Direito não têm dedicado atenção devida a este fenômeno [envelhecimento mundial] (...) poucas pessoas com formação jurídica ousaram abordar a temática do envelhecimento e, quando o fizeram, restringiram-se a enfoques meramente legalistas” (2002, p. 11).

Beaulieu & Spencer (1999) anotam que as subespecialidades do Direito do Idoso provêm de dois temas principais, quais sejam, vulnerabilidade e morte: ao passo que o primeiro envolve políticas afirmativas, proteção contra violência, preservação da autonomia, o último refere-se a direitos sucessórios e testamentos.

Segundo a norte-americana National Elder Law Foundation (s.d., *website*), o “advogado-gerontologista” (chamemo-lo provisoriamente assim, pois, de tão recente o aparecimento do Direito do Idoso entre nós, ainda não houve oportunidade de nomear adequadamente este profissional) deve ter conhecimento sobre os seguintes assuntos: saúde e planejamento de cuidados de longa permanência, benefícios públicos, representação em tomadas de decisão (incluindo curatela), capacidade legal de idosos e conservação, administração e disposição da propriedade do cliente idoso. Outras questões pertinentes são ainda o direito de visita de avós e mesmo eventual guarda dos netos, direito do consumidor idoso, direito

à acessibilidade quer no ambiente doméstico, quer no coletivo, além de direitos e deveres dos cuidadores.

Ao lidar com quaisquer dessas situações, o “advogado-gerontologista” defronta-se ainda com decisões éticas de relevo relacionadas ao cliente idoso: algumas vezes se revela problemático mesmo definir quem é o cliente, se o idoso ou se a família que o acompanha (FROLIK & KAPLAN, 2004; BEAULIEU & SPENCER, 1999), o que é fundamental principalmente na hipótese de serem os interesses conflitantes; é preciso igualmente ter em conta a capacidade do cliente, atentando para o caso de perdas cognitivas afetarem de modo determinante o estabelecimento da relação advogado-cliente (FROLIK & KAPLAN, 2004), uma relação baseada, sobretudo, em diálogo e comunicação eficiente, conforme orientações do Capítulo II do Código Brasileiro de Ética do Advogado (OAB, 1995).

Um advogado não pratica Direito do Idoso tão-só pelo fato de atender clientes idosos ou de manejar as leis específicas; a compreensão de razões e princípios informativos da área é imprescindível. A ONU (2000; tradução nossa) esclarece no que consistem os cinco princípios adotados por sua Assembleia Geral em 16 de dezembro de 1991, exortando os governos a incorporarem-nos em seus programas nacionais:

- Por *independência*, entendem-se: garantia ao acesso a alimentação, água, abrigo, vestuário, atenção adequada à saúde por meio de aportes financeiros e apoio de família, comunidade e do próprio autocuidado; oportunidade de trabalhar ou de ter acesso a outras possibilidades de obtenção de renda; participação na determinação de quando e de que maneira se deixará de desempenhar atividade laboral; acesso a programas educativos e de formação adequados; possibilidade de viver em um ambiente seguro e adaptável a suas preferências pessoais e a suas capacidades; poder residir em seu próprio domicílio por tanto tempo quanto seja possível.
- Por *participação*, entendem-se: integração à sociedade, por meio da participação ativa na formulação e aplicação das políticas que afetem diretamente seu bem-estar, podendo compartilhar conhecimentos e

---

UM ADVOGADO NÃO PRÁTICA  
DIREITO DO IDOSO TÃO-SÓ  
PELO FATO DE ATENDER CLIENTES  
IDOSOS OU DE MANEJAR AS LEIS  
ESPECÍFICAS; A COMPREENSÃO DE  
RAZÕES E PRINCÍPIOS INFORMATIVOS  
DA ÁREA É IMPRESCINDÍVEL.

---

habilidades com as gerações mais jovens; poder buscar e aproveitar oportunidades de prestar serviço à comunidade e exercer trabalho voluntário em postos apropriados aos seus interesses e capacidades; poder articular movimentos e redes de associações de adultos maiores.

---

DIGNIDADE, FINALMENTE,  
COMPREENDE: PODER VIVER COM  
DIGNIDADE E SEGURANÇA, LIVRE  
DE EXPLORAÇÃO OU MAUS-TRATOS;  
RECEBER TRATAMENTO DIGNO,  
INDEPENDENTE DE IDADE, SEXO,  
RAÇA OU PROCEDÊNCIA ÉTNICA,  
DEFICIÊNCIA OU CAPACIDADE  
ECONÔMICA.

---

- Por *cuidado*, entendem-se: poder desfrutar os cuidados e a proteção da família e da comunidade em conformidade com o sistema de valores culturais de cada sociedade; acesso a serviços de atenção à saúde que lhe ajudem a manter ou recuperar um nível ótimo de bem-estar físico, mental e emocional, bem como retardar o aparecimento de doenças; acesso a serviços sociais e jurídicos que lhe assegurem maiores níveis de autonomia, proteção e cuidado; acesso a meios apropriados de atenção institucional que lhe proporcionem proteção, reabilitação e estímulo social e mental em um ambiente humano e seguro; poder desfrutar seus direitos humanos e liberdades fundamentais quando resida em abrigos ou instituições, assegurando-lhe pleno respeito às suas dignidade, crenças, necessidades e intimidade, bem como a seu direito de tomar decisões sobre seu cuidado e sobre sua qualidade de vida.

- *Autorrealização* compreende: poder aproveitar oportunidades para desenvolver plenamente seu potencial; ter acesso a recursos educativos, culturais, espirituais e recreativos.
- *Dignidade*, finalmente, compreende: poder viver com dignidade e segurança, livre de exploração ou maus-tratos; receber tratamento digno, independente de idade, sexo, raça ou procedência étnica, deficiência ou capacidade econômica.

A Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994) reforçou tais princípios internacionais e ressaltou ainda a *promoção de conhecimento*, no que lhe seguiu também o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), ao prever, por exemplo, capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia, estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre o envelhecimento (art. 3º e incisos); treinamento e capacitação dos profissionais, assim como orientação a cuidadores, familiares e grupos de autoajuda nos cen-

tros de atendimento de saúde (art. 18); inserção nos currículos mínimos de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma que se elimine o preconceito e se produzam conhecimentos sobre a matéria (art. 22).

Do “advogado-gerontologista” espera-se, então, mais do que *expertise* em uma área do Direito; ele precisa conhecer os carecimentos dos idosos, as possíveis dificuldades físicas e mentais decorrentes do processo de envelhecimento, estando atento a mitos relacionados ao envelhecer e conectado a outros profissionais que sirvam à população idosa, pronto a atuar em equipe multidisciplinar (AREA AGENCY ON AGING, s.d.).

### Considerações finais

O Direito do Idoso, tributário do movimento de diferenciação do adulto maior como pessoa portadora de interesses e características especiais ao qual a Gerontologia em muito contribuiu, agora retribui e colabora para a delimitação do objeto particular à Gerontologia, reforçando a singularidade do envelhecimento, à medida que oficializa uma categoria de sujeitos de direitos, instrumentaliza-os com normas e princípios próprios, criando inclusive novos perfis profissionais para o atendimento de suas demandas e prevendo em lei a capacitação de recursos humanos em Gerontologia.

Tanto o Direito do Idoso quanto a Gerontologia firmam sua legitimação como campos da ciência, combinando o discurso científico à defesa dos idosos e ganhando reconhecimento como autoridades no estabelecimento de normas e condutas ao tratamento da velhice (PRADO & SAYD, 2006). Deste diálogo, o Direito do Idoso vai além da declaração de direitos às pessoas maiores de 60 anos, supera a simples balda de um “direito de grupo” e transforma-se em um direito do curso de vida, com repercussões em todas as grades etárias.

Neste cenário, o “advogado-gerontologista” é o profissional habilitado a aconselhar e advogar para seus clientes em questões envolvendo organização financeira, curatela, direitos em relação a netos, revisão de

---

DIREITO DO IDOSO VAI ALÉM DA DECLARAÇÃO DE DIREITOS ÀS PESSOAS MAIORES DE 60 ANOS, SUPERA A SIMPLES BALDA DE UM “DIREITO DE GRUPO” E TRANSFORMA-SE EM UM DIREITO DO CURSO DE VIDA, COM REPERCUSSÕES EM TODAS AS GRADES ETÁRIAS.

---

contratos, aposentadorias, testamentos, seguros de vida, acessibilidade, enfrentamento judicial de atos discriminatórios, planejamento de cuidados de longa permanência, institucional ou por meio de assistência domiciliária, além da possibilidade de representação em juízo e fora dele.

A atividade desse especialista não inaugura apenas uma nomenclatura, e sim supre as exigências do novo desenho demográfico mundial; também não fraciona o Direito, e sim o harmoniza em uma inteligência holística. Cumpre a função pública da advocacia ao revigorar a indispensabilidade do advogado, mediante a assistência aos mais vulneráveis, e colabora para a constituição de uma sociedade de paz intergeracional, valendo-se da lei e do Direito para encontrar soluções justas (OAB, 1995).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- ARAUJO, A. C. *O Direito do Idoso na ordem internacional: uma contribuição para o ideário gerontológico a partir dos Planos de Ação da ONU de Viena e Madri*. Monografia de Conclusão de Graduação em Direito. Belém-Pará: UNAMA, 2005. (manuscrito)
- AREA AGENCY ON AGING. What is an elder law attorney? Disponível em: <<http://www.agingcarefl.org/aging/legal>>. Acesso em: 1 abr. 2008.
- BEAULIEU, M.; SPENCER, C. *Older adults' personal relationships and the law in Canada: legal, psychosocial and ethical aspects*. A report commissioned and published by the Law Commission of Canada, 1999. Disponível em: <<http://www.lcc.gc.ca/en/themes/pr/oa/spencer/spencer/html>>. Acesso em: 27 mar. 2008.
- BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei n. 8.069, de 1990.
- BRASIL. *Política Nacional do Idoso*. Lei n. 8.842, de 1994.
- BRASIL. *Estatuto do Idoso*. Lei n. 10.741, de 2003.
- DEBERT, G. *A reinvenção da velhice*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- FROLIK, L. The developing field of elder law redux: ten years after. *The Elder Law Journal*, n. 10, p. 1-14, 2002.
- FROLIK, L.; KAPLAN, R. *Elder law: in a nutshell*. USA: West, 2004.
- GAGLIETTI, M.; BARBOSA, M. Que idade tem a velhice?. *RBCEH*, Passo Fundo, v. 4, n. 2, p. 136-148, jul./dez. 2007.
- HELEWITZ, J. *Elder law*. USA: West, 2001.

- JACOBS, J. Changing conceptions of health and life course concepts. *Health (London)*, v. 10, n. 4, p. 501-517, 2006.
- NATIONAL ELDER LAW FOUNDATION [NELF]. *Elder Law comes of age*. S.d. Disponível em: <<http://www.nelf.org/elderlaw.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2008.
- OAB. *Código de Ética e Disciplina da OAB*, de 1995.
- ONU. *Princípios de las Naciones Unidas en favor de las personas de edad*. 2000. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/.socdev/iyop/esiyoppo.htm>>. Acesso em: 31 mar. 2008.
- PRADO, S.; SAYD, J. Gerontologia como campo do conhecimento científico: conceito, interesses e projeto político. *Rev C S Col*, v. 11, n. 2, p. 211-221, 2006.
- RAMOS, P. R. B. *Fundamentos constitucionais do direito à velhice*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2002.
- SILVA, A. C. A. P. O papel da ONU na elaboração de uma cultura gerontológica. *A Terceira Idade*, v. 39, p. 31-41, 2007a.
- SILVA, A. C. A. P. *Direitos e cidadania dos idosos: o desafio de desconstruir o "homem médio"*. 2007b. Disponível em: <<http://www.portaldoenvelhecimento.net/pforum/aptv7.htm>>. Acesso em: 27 mar. 2008.
- SOUSA, K. C. N. Construindo a identidade do idoso: de ator político a sujeito de direitos especial ou identificado. In: CONPEDI. (Org.). *Anais do XIII CONPEDI*. Manaus: Fundação Boiteux, 2006. Disponível em: <[http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/re-cife/politica\\_karla\\_nunes\\_e\\_souza.pdf](http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/re-cife/politica_karla_nunes_e_souza.pdf)>. Acesso em: 31 mar. 2008.
- VICTOR, C. R. *The social context of ageing*. UK: Routledge, 2005.





# O envelhecimento activo: uma análise à luz de uma ética educativa crítica

MARIA CUSTÓDIA J. ROCHA

## RESUMO

---

A ética é construída a partir das relações colectivas que as pessoas mantêm entre si nas suas práticas de sociabilidade educativa e reporta para o domínio dos valores. Neste artigo, a apresentação e a análise de algumas orientações políticas internacionais relativas ao envelhecimento activo permitem problematizar o carácter tecnocrático e instrumental que perpassa nessas orientações de teor economicista e, simultaneamente, permite mostrar que os valores inerentes a uma educação “para a decisão, para a responsabilidade social e política, para o desenvolvimento e para a democracia” tendem a estar ausentes dessas orientações.

Nesta sequência analítica, defendemos que, na ausência de um código deontológico estatalmente legitimado, os educadores devem proceder à construção e consolidação de uma ética educativa crítica que lhes permita perceber as desconexões axiológicas entre o que a ética do mercado exige e o que uma ética educativa comporta.

Uma ética educativa crítica torna-se assim condição fundamental para uma nova concepção de educação num mundo cada vez mais envelhecido mas, nem por isso, cada vez menos pensante. A “educação para o trabalho”, vista como envelhecimento activo, é só um dos muitos vectores da educação, provavelmente em não-correspondência com todas as expectativas e os desejos das pessoas idosas, lá para o fim das suas vidas.

**Palavras-chave:** envelhecimento - teorias, ética, educação, direitos e cidadania.

Professora auxiliar  
doutorada em Educação  
pelo Departamento de  
Sociologia e Administração  
Educativa do Instituto  
de Educação e Psicologia  
pela Universidade do Minho  
- Braga - Portugal  
mrocha@iep.uminho.pt

## ABSTRACT

---

Ethics is built upon the collective relations that people maintain with each other in their practices of educational sociability, and relates to the domains of values. In this article, we present and analyze some international political/economical orientations on active aging not only to frame the technocratic and instrumental nature that underlies these orientations, but also to demonstrate that those values that are attuned to an education for “decision making, social and political responsibility, development and democracy” tend to be absent from these orientations.

In this analysis, we argue that, in the absence of a state-legitimated deontological code, educators must provide for the construction and consolidation of a critical educational ethics which allows them to understand the axiological disconnections between what the ethics of the market demands and what an educational ethics permits.

Therefore, a critical educational ethics becomes a basic condition for a new conception of education in a world whose population is growing older but not less thinking. The “education for work”, viewed as active aging, is only one of the many vectors of education, probably not corresponding to the expectations and desires of the elderly people, towards the end of their lives.

**Key words:** aging - theories, ethics, education, rights and citizenship

## INTRODUÇÃO

---

Atualmente são cada vez mais recorrentes os estudos acadêmicos em que surgem noções tais como as de ética organizacional, ética política, ética social, ética econômica, ética comunicacional, ética educacional... Paralelamente às reflexões sobre a problemática da ética surgem *corpus* legislativos atinentes a problemáticas recentes, tal como a problemática do envelhecimento activo, que se instituem e se legitimam sem atender aos critérios que uma ética educativa implica.

Neste artigo, a partir do conceito de ética, procura-se reflectir sobre

a dimensão e o papel da educação na sua correlação com a problemática do envelhecimento activo. Ver-se-á aqui como se assiste, nos dias de hoje, à propagação de orientações políticas que podem desfazer o carácter humanizante da própria educação quando entendida como instância que contribui para a formação integral dos indivíduos, nomeadamente das pessoas em processo de envelhecimento. Isso, porque, entre outros aspectos, tem-se verificado uma mudança de discurso político que tende a dar maior importância à dimensão do envelhecimento activo como uma das formas de resolver os prementes problemas da economia, em detrimento de uma concepção de envelhecimento activo que suporte práticas de educação que sejam susceptíveis de alargar o potencial humano das pessoas idosas sem as limitar, simplesmente, ao desempenho de tarefas de trabalho.

Nesta sequência analítica, teceremos ainda algumas considerações gerais sobre a problemática da ética associada ao profissionalismo dos educadores, centrando a reflexão sobre a discussão que se tem levado a cabo sobre a pertinência ou não de elaboração de um “código deontológico” regulador da actuação educativa desses profissionais. Finalizamos a análise mostrando como educadores devem ser possuidores de uma ética educativa crítica que lhes permita desenvolver um trabalho de importância primordial no que respeita a educação das pessoas idosas, de uma forma abrangente, a todos os níveis, e não só ao nível da sua “educação para o trabalho”. Neste sentido, a noção de ética educativa crítica, noção por nós ensaiada neste artigo, adquire uma dimensão fundamental por se apresentar como um recurso que permite aos educadores ultrapassarem os seus eventuais dilemas éticos, podendo estes assim assumir e transmitir, nas suas práticas, o que é eticamente comportável no âmbito de uma educação para a cidadania plena.

## **Desenvolvimento**

Das múltiplas concepções existentes sobre o que é a ética, ressaem alguns elementos fundamentais: a ética está intimamente associada à politicidade e, portanto, tem a ver com relações sociais intensamente vividas pelos membros de uma sociedade inseridos na polis (cidade) e em determinadas organizações e instituições; a ética está associada a valores e tem consequências práticas que afectam não só o indivíduo

mas o todo social. Estas considerações atingem um maior grau de inteligibilidade quando atendemos à concepção de ética apresentada por Paulo Freire (1997, p. 20):

“Quando falo [...] da ética universal do ser humano estou falando da ética enquanto marca da natureza humana enquanto algo absolutamente indispensável à convivência humana. Ao fazê-lo estou advertido das possíveis críticas que, infiéis ao meu pensamento, me apontarão como ingênuo e idealista. Na verdade falo da ética universal do ser humano da mesma forma como falo de sua vocação ontológica para o ser mais, como de sua natureza constituindo-se social e historicamente”.

Numa mesma linha de pensamento e reforçando a construção social e histórica da ética, Edgar Morin (2003, p. 44) fala na necessidade que os actores sociais têm de construir uma “autoética”, o que, na sua perspectiva, implica:

“um trabalho constante de auto conhecimento, de auto-elucidação e, eu diria mesmo, de autocrítica [...]. Eis aí o longo caminho, o difícil caminho que nós devemos percorrer. A auto-ética não nos é dada. Precisamos construí-la, e eu penso que este problema de construção implica um problema de educação fundamental, talvez desde o início da escolaridade...”.

Falar em ética obriga, então, a reconhecer o seu carácter antropológico e obriga a falar em politicidade, isto é, a capacidade e a possibilidade que as pessoas têm para discutir os seus valores na esfera pública. Os valores, ou seja, os critérios gerais que orientam as acções humanas não são instintivamente instituídos; pelo contrário, são adquiridos em sociabilidade e são determinados por culturas ou subculturas específicas em determinados momentos históricos, variando de acordo com cada sociedade e período da sua existência (VÁSQUEZ, 2003). Desde sempre que a educação tem sido vista como instância repleta de valores e tendo como objectivo principal a construção de cidadãos participativos e conscientes, isto é, indivíduos responsáveis e solidários com a comunidade e autónomos intelectualmente. É este, pois, um tipo de educação que em tudo se coaduna com a educação tal como Paulo Freire (1967,

p. 88-89) a concebe, isto é:

“Uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política

---

DESDE SEMPRE QUE A EDUCAÇÃO TEM SIDO VISTA COMO INSTÂNCIA REPLETA DE VALORES E TENDO COMO OBJECTIVO PRINCIPAL A CONSTRUÇÃO DE CIDADÃOS PARTICIPATIVOS E CONSCIENTES, ISTO É, INDIVÍDUOS RESPONSÁVEIS E SOLIDÁRIOS COM A COMUNIDADE E AUTÔNOMOS INTELECTUALMENTE.

---

[...], uma educação para o desenvolvimento e para a democracia [...]”. “Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa da sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que advertisse dos perigos do seu tempo, para que consciente deles, ganhasse a força e a coragem para lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição do seu próprio ‘eu’, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em constante diálogo com o outro. Que o predispuesse a constantes revisões. À análise crítica de seus ‘achados’. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão”.

---

A ÉTICA INSERIDA NA EDUCAÇÃO  
DESENVOLVE NOS INDIVÍDUOS  
A CAPACIDADE DE ESTABELECEER  
RELAÇÕES ENTRE CONHECIMENTOS  
E COMPETÊNCIAS, ORIENTANDO-OS  
PARA AS PRÁTICAS DA CIDADANIA.

---

A ética inserida na educação desenvolve nos indivíduos a capacidade de estabelecer relações entre conhecimentos e competências, orientando-os para as práticas da cidadania. Ora, sendo certo que os valores atinentes a “uma educação para o desenvolvimento e para a democracia” são valores imprescindíveis quando se fala de ética educativa, também é certo que os valores econômicos ou economicistas têm invadido a educação. Para Michael Peters (1994, p. 213), por exemplo:

Não existe, talvez, melhor exemplo da extensão do mercado a novas áreas da vida social que o campo da educação. É claro que, sob os princípios do neoliberalismo, a educação tem sido discursivamente reestruturada de acordo com a lógica do mercado. A educação, neste modelo, não é tratada de forma diferente de qualquer outro serviço ou mercadoria.

Percebe-se, pelo teor da citação anterior, e por outras que poderíamos aqui convocar, que se tem vindo a assistir a uma inversão de valores no contexto da educação: no lugar da ética, entrou a economia: a eficácia do sistema econômico de mercado passou a ser o critério supremo para todos os valores. Desta feita, sob os imperativos econômicos, as questões da justiça social têm vindo a sofrer um recuo. Tal como no-lo reporta Paulo Freire (1997, p. 144):

O discurso da globalização que fala da ética esconde, porém, que a sua é a ética do mercado e não a ética universal do ser humano, pela qual devemos lutar bravamente se optamos na verdade por um mundo de gente.

Assim, à ética do mercado, contrapõe-se (ou deveria contrapor-se) a

ética da educação. Essa contraposição constitui um dilema ético: qual a escolha possível entre duas alternativas antagônicas? A tomada de posição e a consequente acção educativa a desenvolver exige um grande esforço de consciencialização crítica. Edgar Morin (2003, p. 43) adverte:

Hoje, o verdadeiro problema é que nós devemos estar conscientes de que o imperativo ético existe em nós, mas que ele vai encontrar um outro que é não menos forte: será preciso escolher, quer dizer, assumir um risco. Isto constitui o problema das contradições éticas.

O problema das contradições éticas é ainda de maior dimensão quando essas contradições estão patentes nas orientações políticas que tentam regular as acções educativas. É o que acontece com a problemática do envelhecimento activo. Vejamos:

estando os direitos das pessoas idosas genericamente formulados na *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (1948), a verdade é que esta faixa etária foi durante demasiado tempo esquecida nas resoluções políticas internacionais. Quando alguma preocupação lhe é concedida, essa preocupação se manifesta nos seguintes termos:

A more flexible work-retirement transition is one example of “active ageing” – the capacity of people, as they grow older, to lead productive lives in the society and economy. Active ageing implies a high degree of flexibility in how individuals and families choose to spend their time over life – in work, in learning, in leisure and in care-giving (OECD, 1998).

---

A TOMADA DE POSIÇÃO E A  
CONSEQUENTE ACÇÃO EDUCATIVA A  
DESENVOLVER EXIGE UM GRANDE  
ESFORÇO DE CONSCIENCIALIZAÇÃO  
CRÍTICA.

---

O facto de as Nações Unidas terem proclamado o ano de 1999 como o *Ano Internacional das Pessoas Idosas* fez canalizar a atenção de governos e investigadores para a abordagem da problemática do envelhecimento, sendo aqui de salientar que a Organização das Nações Unidas tem convenções específicas para todos os públicos, menos para a pessoa idosa, uma questão de ética política que somente em 2008 mereceu atenção com a *Proposta de Convenção sobre os Direitos da Pessoa Idosa* (2008). Veja-se também que foi somente em 1982 que se realizou em Viena a *I Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento*. As Nações Unidas evidenciaram, aqui, tal como na *II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento*, realizada em Madrid em 2002, o interesse da comunidade internacional pelo progressivo envelhecimento da

população, especialmente nos países desenvolvidos. Desses encontros resultou um *Plano de Acção Internacional para o Envelhecimento* (2002) no qual propostas como as de “participação activa dos idosos na sociedade e no desenvolvimento económico através da sua inserção no mercado de trabalho” adquirem dimensão relevante.

Estas preocupações da Organização das Nações Unidas para com o “envelhecimento activo” também são tidas em conta na União Europeia. É na sequência da legislação internacional que, na União Europeia, surge a *Comunicação da Comissão: Uma Europa para todas as idades – Promover a prosperidade e a solidariedade entre as gerações* (1999), na qual se explicita que:

Ao longo dos próximos 20 anos, a população de idade superior à idade de reforma normal (ou seja, 65 anos) registará um aumento de 17 milhões. Dentro deste grupo, as pessoas muito idosas (com mais de 80 anos) aumentarão 5,5 milhões. A equidade intergerações requer que seja dada a devida atenção à sustentabilidade a longo prazo das finanças públicas. Deve ser assegurada uma base mais alargada para os sistemas de protecção social através de uma taxa de emprego da população activa mais elevada [...].

Na *Resolução do Parlamento Europeu sobre a Segunda Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento* (Madrid, 2002), o Parlamento Europeu

Reitera a sua opinião de que é necessário incrementar a luta contra todas as formas de discriminação no mercado de trabalho, em particular a discriminação contra os trabalhadores idosos, através de acções de reciclagem e de reconversão profissional, incluindo a utilização das novas tecnologias, e através de alterações a nível da organização do trabalho e do horário de trabalho, bem como a nível da protecção da segurança e da saúde no trabalho, consentâneas com as necessidades dos trabalhadores idosos.

Não podemos ainda deixar de destacar, a propósito da necessidade de se encarar o “envelhecimento activo através do trabalho”, os dados constantes na *Comunicação da Comissão – Livro Verde – Uma nova solidariedade entre gerações face às mutações demográficas* (2005), na qual se refere que, em decorrência do aumento da esperança média de vida,

---

A EQUIDADE INTERGERAÇÕES  
REQUER QUE SEJA DADA A DEVIDA  
ATENÇÃO À SUSTENTABILIDADE  
A LONGO PRAZO DAS FINANÇAS  
PÚBLICAS.

---

---

“A SITUAÇÃO DE SOLIDÃO/  
ISOLAMENTO, COMO DE INEXISTÊNCIA  
OU NÃO FUNCIONAMENTO DAS  
REDES SOCIAIS DE APOIO [TEM]  
CONSEQUÊNCIAS EM TERMOS DE  
SAÚDE FÍSICA E PSICOLÓGICA  
DOS SUJEITOS” E TORNA-OS MAIS  
DEPENDENTES DE OUTROS.

---

em razão da incapacidade de o sistema de protecção social abarcar as despesas que a longevidade acarreta, será necessário o empenho solidário de todas as gerações e comunidades para superar os problemas sociais que o Estado não consegue resolver. E, nesta digressão analítica, não devemos ainda esquecer a preocupação que consta na *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Envelhecer bem na sociedade da informação – iniciativa i2010 – Plano de acção no domínio “Tecnologias da informação e das comunicações e envelhecimento”* (2007), onde claramente se afirma que com esse plano de acção se visa:

Promover e coordenar o desenvolvimento das TIC associadas aos serviços para pessoas idosas na União Europeia, para lhes permitir prolongar a sua actividade profissional, garantindo-lhes um equilíbrio entre vida activa e profissional [...].

Segundo Alfredo Bruto da Costa (1998, p. 87-89), e conforme o podemos confirmar na exposição analítica anteriormente feita, só há pouco tempo o envelhecimento passou a ser “apontado, com relativa frequência, como um dos aspectos a ter em conta na definição das políticas de médio e longo prazo”. Acrescenta o autor que a sociedade actual está organizada de uma forma em que a maior parte das pessoas idosas “não tenha lugar nem papel na vida social”. Então, um dos principais desafios que se coloca actualmente à sociedade (e ao Estado) é o de descobrir qual o papel e o lugar da/o idosa/o num sistema social em que aumenta a esperança média de vida, mas em que a longevidade nem sempre é acompanhada por um aumento da qualidade de vida. Basta estar atento às pensões de reforma auferidas por determinados grupos de idosas/os.

A propósito do chamado “envelhecimento activo”, há ainda a ponderar sobre outros aspectos. Maria Constança Paúl (1997, p. 83), por exemplo, considera que “a situação de solidão/isolamento, como de inexistência ou não funcionamento das redes sociais de apoio [tem] consequências em termos de saúde física e psicológica dos sujeitos” e torna-os mais dependentes de outros. Foi precisamente com o intuito de afastar esta imagem de dependência das pessoas idosas em relação aos outros (família, comunidade, Estado) que, como alguns autores no-lo referem:

O conceito de envelhecimento produtivo (EP) surgiu na década de 70,



entre profissionais de contextos políticos, sociais e acadêmicos, com o objectivo de combater a imagem vigente dos idosos, que os apresentava como pessoas frágeis, dependentes e não produtivos, um fardo para a sociedade e para as gerações mais jovens [...]. Conquanto não exista uma definição consensual em torno do conceito, existem características subjacentes ao mesmo. Deste modo, considera-se a existência de uma actividade significativa e satisfatória, em que o idoso está envolvido de forma estruturada e continuada e que tem impacto positivo na sua vida (GONÇALVES et al., 2006, p. 139).

A passagem desta imagem de “dependência” para uma imagem de “actividade” deve, pensamos, ser problematizada. Se é certo que perpassa nas orientações políticas e nas medidas legislativas a ideia, internacionalmente defendida, de que os idosos têm direito ao desenvolvimento das suas aptidões, capacidades e competências por meio da educação e, nomeadamente, por meio de formas de expressão e de comunicação que sejam susceptíveis de alargar o seu potencial humano, também é certo que ganha cada vez mais forma, nessas mesmas orientações políticas, a ideia de que o envelhecimento deve ser activo, com activo se querendo dizer a inserção das pessoas idosas em actividades profissionais e em estruturas de trabalho (remunerado ou não). Esta noção de “actividade” nos leva a fazer a seguinte reflexão, que, aliás, vem na sequência de algumas considerações já inscritas neste trabalho.

Vejamos: o envelhecimento activo serve a muitos propósitos dos quais ganham destaque os que assentam numa lógica economicista. O envelhecimento activo pode servir, segundo essa lógica, para resolver certos problemas relacionados com a economia: quantas mais pessoas idosas trabalharem, quantas menos estiverem institucionalizadas, quantas mais se encontrarem nas suas casas a cuidarem dos seus netos, quanto mais as comunidades se envolvam em formas de solidariedade social para com as pessoas idosas necessitadas, menores serão os dispêndios do Estado com as pessoas idosas.

Vejamos a este propósito que as prioridades dos sistemas de protecção social e a solidariedade transnacional e nacional deixam muitas vezes de lado os problemas das pessoas idosas. Se pensarmos na educação dos idosos, não será por demais lembrarmos que, na era da globalização, exis-

---

VEJAMOS A ESTE PROPÓSITO QUE AS PRIORIDADES DOS SISTEMAS DE PROTECÇÃO SOCIAL E A SOLIDARIEDADE TRANSNACIONAL E NACIONAL DEIXAM MUITAS VEZES DE LADO OS PROBLEMAS DAS PESSOAS IDOSAS.

---

---

GRANDE PARTE DO CRESCIMENTO DA TAXA DE EMPREGO DOS TRABALHADORES MAIS VELHOS OCORREU GRAÇAS A UM AUMENTO DA ACTIVIDADE DAS MULHERES MAIS VELHAS, QUE, POR SEU TURNO, FICA INDIRECTAMENTE A DEVER-SE AO REFORÇO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM GERAL NA ACTIVIDADE ECONÓMICA.

---

tem baixas taxas de alfabetização da população idosa, sendo que essas baixas taxas recaem sobretudo sobre as mulheres (OMS, 1998). Pese embora assim ser, em vez de se adoptarem medidas relativas à educação das pessoas idosas, nomeadamente à educação das mulheres idosas, perspectiva-se a sua participação na sociedade assente numa participação no mercado de trabalho. É esta uma estratégia economicista, repetimos, que tem vindo a dar os seus frutos, se atendermos ao que consta na Comunicação da *Comissão – Principais Mensagens do Relatório sobre o Emprego na Europa 2007* (2007):

Dados recentes indiciam que os esforços dos Estados-Membros para aplicar medidas em apoio do envelhecimento activo começam a produzir resultados. O emprego dos trabalhadores mais velhos tem sido uma das componentes mais dinâmicas do mercado laboral da UE nos últimos anos, tendo aumentado 7 pontos percentuais desde 2000. Grande parte do crescimento da taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos ocorreu graças a um aumento da actividade das mulheres mais velhas, que, por seu turno, fica indirectamente a dever-se ao reforço da participação das mulheres em geral na actividade económica. Em contrapartida, a subida das taxas relativas aos homens resulta de uma saída mais tardia do mercado de trabalho, o que se deve principalmente a factores como as reformas dos sistemas de pensões e protecção social e a outras medidas recentes associadas à promoção do envelhecimento activo.

Pensamos que se devem questionar todos os propósitos políticos que vão no sentido de “prolongar a actividade profissional” para reduzir custos com a segurança social e para aumentar a produtividade e a competitividade económica sem retorno em termos de “qualidade de vida” e de inclusão efectiva dos idosos em formas de cidadania plena. Desta feita, haverá de se conceber uma educação que propicie às pessoas as possibilidades de desocultar o que escondem as ideologias, nomeadamente as ideologias políticas e económicas que as pretendem conformar a determinados padrões de valores e não a outros. Esta é uma tarefa difícil, até porque, como nos diz Paulo Freire (1997, p. 142-143):

A capacidade de nos amaciar que tem a ideologia nos faz às vezes mansamente aceitar que a globalização da economia é uma invenção dela mesma ou de um destino que não poderia se evitar, uma quase entidade metafísica e não um momento do desenvolvimento económico submetido, como toda produção económica capitalista, a uma certa orientação política ditada pelos interesses dos que detêm o poder.

Como podem agir os Educadores no sentido de desocultar as ideologias do poder instituído? Vejamos que a inexistência de um código deontológico que deve ser elaborado pelos próprios profissionais e posteriormente consagrado em “decreto” em muito pesa na não-valorização das funções dos Educadores. Na ausência de um código deontológico, estes continuam a aderir a uma ética e a um sistema de valores e de normas que lhes é imposto do exterior, nomeadamente pelo Estado, não conseguindo construir a sua profissão em torno dos saberes de que a profissão dispõe e dos valores que os seus profissionais devem cultivar (REIS MONTEIRO, 2008).

Estamos em crer que, pese embora a inexistência de um código deontológico para a profissão dos educadores, o certo é que esses profissionais não estão desprovidos de ética, antes pelo contrário, eles são actores, são capazes de construir e consolidar uma ética educativa crítica que lhes permita atender aos valores eminentemente associados à educação e mesmo a uma nova concepção de educação: uma educação que permita às pessoas idosas desenvolver “saberes” com os quais serão capazes de dar novos sentidos às suas relações com os outros e consigo mesmas. Os educadores portadores de uma ética educativa crítica poderão questionar as desconexões éticas existentes entre a ética do mercado e a ética da educação e poderão educar as pessoas idosas não só a partir de uma concepção de *Homo Economicus* mas também, e sobretudo, a partir de uma concepção de *Homo Ludens*.

## Conclusão

As pessoas idosas ou em processo de envelhecimento têm direito ao desenvolvimento das suas aptidões, capacidades e competências por meio da educação e, nomeadamente, por meio de formas de expressão e de comunicação que sejam susceptíveis de alargar o seu potencial humano, favorecendo, simultaneamente, uma maior coesão social numa sociedade livre.

Ser idoso(a) é desenvolver e aperfeiçoar competências a todos os níveis, de forma consciente de modo a consolidar uma sabedoria conquistada por meio dos tempos e que não se limita, simplesmente, ao desem-

---

NÃO É SÓ POR MEIO DO DESEMPENHO DE FUNÇÕES DE TRABALHO QUE O SER HUMANO DESENVOLVE FORMAS DE SOCIABILIDADE E RELAÇÕES COLECTIVAS SOCIAIS QUE LHE PERMITEM TER UMA VISÃO CRÍTICA DOS SEUS VALORES – ASPECTOS EMINENTEMENTE ASSOCIADOS À ÉTICA.

---

---

O EDUCADOR CRÍTICO, PESE  
EMBORA NÃO POSSUIR UM CÓDIGO  
DEONTOLÓGICO LEGITIMADO PELO  
ESTADO, DEVERÁ TOMAR ESTES VALORES  
COMO BASE DA SUA ACTUAÇÃO.

---

penho de tarefas de trabalho. Esta nova etapa da vida deve ser vista como uma oportunidade para libertar e utilizar energias e capacidades que podem servir como processo de crescimento e desenvolvimento pessoal e social. O envelhecimento activo deve então ser perspectivado como um novo paradigma para a velhice, sobretudo se visto como um novo marco que reconhece as pessoas idosas como membros integrantes da sociedade, como cidadãos de pleno direito ao trabalho (se o puderem desenvolver), mas também como cidadãos de pleno direito ao descanso, à educação lúdica e artística, à sua manutenção física e psicológica, às suas formas de lazer. Não é só por meio do desempenho de funções de trabalho que o ser humano desenvolve formas de sociabilidade e relações coletivas sociais que lhe permitem ter uma visão crítica dos seus valores – aspectos eminentemente associados à ética.

Assim sendo, devem-se criar orientações políticas que permitam desenvolver acções e projectos educativos mais próximos dos cidadãos e cidadãs idoso(a)s, promovendo a sua autonomia e independência, mas também velando pela sua assistência e apoio, caso necessário. O educador crítico, pese embora não possuir um código deontológico legitimado pelo Estado, deverá tomar estes valores como base da sua actuação. O posicionamento ético perante os problemas sociais atravessa todo o processo de educação ao longo da vida e, por isso, haverá que dotar os profissionais de educação de competências e saberes que os levem a saber o que é a ética e o que é eticamente responsável em termos educacionais.

Estamos em crer que uma educação que assente em valores tais como os enunciados por Paulo Freire não se coaduna com um tipo de educação com a qual se tenha como prioridade fundamental educar as pessoas idosas para o trabalho e com a qual se pretende, tão-só, favorecer o que hoje em dia, numa lógica de *politicamente correcto*, exalta-se como sendo o envelhecimento activo ou o envelhecimento produtivo – ambos os conceitos associados à manutenção do sistema económico e financeiro de algumas organizações e, nomeadamente, do Estado.

Neste sentido, é fundamental que os Educadores construam uma ética educativa crítica que, não se conformando com valores política e institucionalmente legitimados e consagrados em códigos deontológicos, vai, todavia, ao encontro dos valores e dos sonhos das pessoas idosas. Em suma, trata-se de uma ética que não anula as hipóteses de vida, lá para o fim da vida.

## REFERÊNCIAS

---

### Bibliográficas

- COSTA, A. B. *Exclusões sociais*. Lisboa: Gradiva, 1998.
- FREIRE, P. *Educação como prática de liberdade*. Lisboa: Dinalivro Lda., 1967.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz & Terra, 1997.
- GONÇALVES, D.; MARTIN, I.; GUEDES, J.; CABRAL-PINTO, F.; FONSECA, A. *Psicologia, Saúde & Doenças*, n. 7 (1), p. 137-143, 2006. Disponível em: <[www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/psd/v7n1/v7n1a12.pdf](http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/psd/v7n1/v7n1a12.pdf)>. Acesso em: 17 fev. 2009.
- MORIN, E. *Ética, cultura e educação*. In: PENA-VEIGA, A.; ALMEIDA, C.; PETRÁGLIA, I. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2003.
- PAÚL, M. C. *Lá para o fim da vida: idosos, família e meio ambiente*. Coimbra: Almedina, 1997.
- PETERS, M. Governamentalidade neoliberal e educação. In: SILVA, T. Tadeu da (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 211-224.
- REIS MONTEIRO, A. *Qualidade, profissionalidade e deontologia na educação*. Porto: Porto Editora, 2008.
- VÁSQUEZ, A. S. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

### Documentais

- COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO: UMA EUROPA PARA TODAS AS IDADES – PROMOVER A PROSPERIDADE E A SOLIDARIEDADE ENTRE AS GERAÇÕES. 1999. Disponível em: <[europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11308.htm](http://europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11308.htm)>. Acesso em: 17 mar. 2009.
- COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO – LIVRO VERDE – UMA NOVA SOLIDARIEDADE ENTRE GERAÇÕES FACE ÀS MUTAÇÕES DEMOGRÁFICAS. 2005. Disponível em: <[www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=3931&p\\_est\\_id=9368](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=3931&p_est_id=9368)>. Acesso em: 26 mar. 2009.
- COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO – PRINCIPAIS MENSAGENS DO RELATÓRIO SOBRE O EMPREGO NA EUROPA 2007. 2007. Disponível em: <[eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52007DC0733:PT:NOT](http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52007DC0733:PT:NOT)>. Acesso em: 26 abr. 2009.
- COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO, AO PARLAMENTO EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: ENVELHECER BEM NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO – INICIATIVA I2010 – PLANO DE ACÇÃO NO DOMÍNIO “TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DAS COMUNICAÇÕES E ENVELHECIMENTO”. 2007. Disponível em: <[europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l24292.htm](http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l24292.htm)>. Acesso em: 26 out. 2008.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1986.
- OECD. Maintaining prosperity in an ageing society. 1998. Disponível em: <[www.oecd.org/dataoecd/21/10/2430300.pdf](http://www.oecd.org/dataoecd/21/10/2430300.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2009.

- OMS. *Life in the 21st century: a vision for all*. 1998. (Relatório Mundial de Saúde) Disponível em: <[www.who.int/whr/1998/en/index.html](http://www.who.int/whr/1998/en/index.html)>. Acesso em: 24 abr. 2009.
- PLANO DE ACÇÃO INTERNACIONAL PARA O ENVELHECIMENTO*. 2002. Disponível em: <[www.cicts.uevora.pt/paienv.pdf](http://www.cicts.uevora.pt/paienv.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2008.
- PROPOSTA DE CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA PESSOA IDOSA*. 2008. Disponível em: <[www.ampid.org.br/Docs\\_ID/Convencoes\\_ONU\\_ID.php](http://www.ampid.org.br/Docs_ID/Convencoes_ONU_ID.php)>. Acesso em: 18 nov. 2008.
- RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU SOBRE A SEGUNDA ASSEMBLEIA MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O ENVELHECIMENTO*. Madrid, 2002. Disponível em: <[www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=//EP//NONSGML+TA+P5-TA-2002-0184+0+DOC+PDF+V0//PT](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=//EP//NONSGML+TA+P5-TA-2002-0184+0+DOC+PDF+V0//PT)>. Acesso em: 17 nov. 2008.

# Memória e história oral: a arte de recriar o passado de idosos

MARIA DAS GRAÇAS MELO FERNANDES<sup>1</sup>  
LARA DE SÁ NEVES LOUREIRO<sup>2</sup>

## RESUMO

---

Memória é a capacidade de a mente humana fixar, reter, evocar e reconhecer impressões ou fatos passados. Tendo em vista a função social da memória para o entendimento e a consolidação da cultura, particularmente quando evocada por pessoas idosas, dado seu maior percurso biográfico, bem como a importância da história oral para dar suporte aos estudos envolvendo a memória e, ainda, para a vivência de participação social por parte dos informantes, este artigo de revisão tem como propósito discorrer algumas reflexões sobre memória, memória e velhice, além da apresentação de alguns aspectos teórico-metodológicos referentes à construção de estudos que tenham como objetivo resgatar experiências vividas por idosos a partir do uso da história oral. Sua efetividade deu-se a partir da análise de um corpus de 22 obras literárias compostas por livros e artigos científicos pertinentes à temática, acessadas na base de dados *Scientific Electronic Library Online*. A análise dos textos indica que o resgate da memória do idoso permite reconstruir vivências e experiências do seu passado, com olhares do presente, de vital importância para o desvelamento ou enfrentamento de seus problemas atuais, favorecendo, ainda, a construção de sólidas pontes de relacionamento entre indivíduos de diferentes gerações.

**Palavras-chave:** memória, memória e recordação, relações intergeracionais

<sup>1</sup> Enfermeira e professora do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba; especialista em Gerontologia Social e doutora em Sociologia. [graacafernandes@hotmail.com](mailto:graacafernandes@hotmail.com)

<sup>2</sup> Enfermeira do Programa Saúde da Família do município de João Pessoa-PB e especialista em Saúde Pública. [laraasn@hotmail.com](mailto:laraasn@hotmail.com)





## ABSTRACT

---

Memory is the capacity of the human mind to fix, retain, evoke and recognize impressions or past events. Considering the social function of the memory for the understanding and consolidation of the culture, particularly when evoked by elderly people, in light of their extensive biographies, as well as the importance of oral history interviews in providing support for studies involving the memory and also in providing interviewees with the experience of social participation, the purpose of this article is not only to provide some reflections on memory and the relation between memory and old age, but also to present some theoretical-methodological aspects related to the construction of studies whose objectives are to redeem the experiences lived by elderly people based on oral history interviews. This article analyzed a body of 22 literary works and scientific articles related to the theme, accessed via the SciELO (Scientific Electronic Library Online) database. The analysis of these texts shows that when elderly people redeem their memories they are able to rebuild their past experiences from a present perspective, which is key for unveiling or facing their present problems, besides favoring the creation of solid relationship links between individuals of different generations.

**Key words:** memory, memory and recollection, intergeracional relations

## INTRODUÇÃO

---

Na atualidade, verifica-se um movimento de valorização do recurso à memória oral no campo das ciências humanas, sendo cada vez mais frequente a prática do recolhimento de lembrança por meio de depoimentos. Conforme Souza (1999), as lembranças dão uma enorme contribuição para a sociedade na construção da cultura e no estabelecimento do vínculo do que passou com o que está por vir.

Segundo Meihy (2005), inegavelmente a palavra “memória” é das mais evocadas atualmente em muitas manifestações, ocorram elas na área das ciências humanas ou mesmo nas falas comuns. Isso tem forçado diferentes setores a se posicionar em face das alternativas que ela traduz.

Esse movimento de recuperação da memória nas ciências humanas é de importância fundamental, pois é do vínculo com o passado que se extrai a força para formação de identidade, especialmente quando falamos da memória-experiência, da memória do vivido nos diferentes tempos das nossas vidas (BOSI, 2003). É justamente nas narrativas do cotidiano, consideradas senso comum, que aprendemos acerca da nossa cultura e da nossa memória. Entre os informantes privilegiados para se resgatar a memória, destacam-se os idosos, dadas as razões apontadas no tópico que segue.

---

MEMÓRIA É A CAPACIDADE DE A MENTE HUMANA FIXAR, RETER, EVOCAR E RECONHECER IMPRESSÕES OU FATOS PASSADOS. SERVE COMO REFERÊNCIA DE TEMPO (POIS AS LEMBRANÇAS TORNAM-SE MAIS DIFUSAS COM O PASSAR DO TEMPO).

---

O estudo das lembranças de pessoas idosas constitui um verdadeiro teste para a hipótese psicossocial da memória. Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas, elas já viveram quadros de referência familiar igualmente reconhecíveis – enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, pois esta ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita mais intensamente que a uma pessoa de idade (BOSI, 2003).

Nessa mesma linha de pensamento, Nascentes (2004) aponta o idoso como material humano fundamental para os estudos envolvendo a memória, dada a necessidade de esta se alimentar com vestígios do passado, dimensão temporal bem consolidada nesse sujeito social.

Assim sendo, o objetivo proposto para este escrito é realizar algumas reflexões sobre memória, memória e velhice, bem como delinear algumas estratégias metodológicas envolvendo o uso da história oral para o resgate da memória ou lembranças de idosos.

### **Memória – lembrar é preciso, ainda que impreciso**

Memória é a capacidade de a mente humana fixar, reter, evocar e reconhecer impressões ou fatos passados. Serve como referência de tempo (pois as lembranças tornam-se mais difusas com o passar do tempo). Significa também lembrança, recordação, reminiscência, narração, relato. Segundo Meihy (2005), memórias são lembranças organizadas segundo uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem aos fatos concretos, objetivos e materiais.

Para Neves (2000), a memória constitui-se uma forma de preservação e retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda. Portanto, história e memória, por meio de uma inter-relação dinâmica, são suportes das identidades individuais e coletivas. É impossível uma sociedade sem que se acione a memória, sem que ela fertilize cada possibilidade de realização no presente e no futuro.

Segundo Frochtengarten (2005), a concepção de memória como produto de uma atividade meramente subjetiva foi superada pelo pensamento de Maurice Halbwachs, para quem as lembranças são frutos de uma atividade de reconstrução do vivido. Esse trabalho da memória conta com o suporte de imagens e ideias, valores e afetos vinculados a grupos sociais junto aos quais o memorialista experimenta algum sentimento de pertença. O sentimento de pertença a um grupo não pressupõe a presença atual de seus membros. Suas influências podem permanecer vivas, orientando o olhar do memorialista sobre o passado.

Ao se falar em memória, é fundamental definir de qual tipo de memória se trata. Neste sentido, a primeira operação é a definição de memória individual, diferenciando-a da grupal; no entanto, uma depende da outra, e uma explica-se pela outra. Toda memória tem índices sociais que a justificam. É sobre a relação entre o ser individual e o mundo que se organizam as lembranças e os processos que explicam ou não o significado do repertório de lembranças armazenadas. A memória alimenta-se da possibilidade de ser compartilhada (MEIHY, 2005).

Nessa perspectiva, a memória não é um fenômeno meramente individual, pertencente, portanto, apenas à pessoa. Brito (1989) afirma que, assim como o homem possui uma memória determinada por seu contexto social, o grupo também a possui, não como soma das memórias dos indivíduos que o compõem, mas, sim, como fruto de sua vivência do coletivo.

Consubstanciando essa análise, Domingues (1999) ressalta que, na construção de biografias individuais, a vida afetiva de cada pessoa estabelece as formas por intermédio das quais as memórias sociais são vivenciadas, contribuindo para suas próprias peculiaridades. Nesse movimento, o indivíduo aproxima-se ou distancia-se de seus grupos. Há uma ligação muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade,

---

AO SE FALAR EM MEMÓRIA, É FUNDAMENTAL DEFINIR DE QUAL TIPO DE MEMÓRIA SE TRATA. NESTE SENTIDO, A PRIMEIRA OPERAÇÃO É A DEFINIÇÃO DE MEMÓRIA INDIVIDUAL, DIFERENCIANDO-A DA GRUPAL; NO ENTANTO, UMA DEPENDE DA OUTRA, E UMA EXPLICA-SE PELA OUTRA. TODA MEMÓRIA TEM ÍNDICES SOCIAIS QUE A JUSTIFICAM.

---

seja a identidade individual ou a coletiva, pois a memória e a identidade são fatores importantes do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si mesmo (POLLACK, 1992).

---

A MEMÓRIA NÃO É UM FENÔMENO  
MERAMENTE INDIVIDUAL, PERTENCENTE,  
PORTANTO, APENAS À PESSOA.

---

A memória não pode existir sem o corpo humano e outros suportes materiais, mas não se reduz a eles. Ela não é necessariamente semântica nem deveria ser vista como uma cópia da realidade, guardada em nosso cérebro, ao contrário do que supõem o cartesianismo e o empirismo. Ela acha suporte em nosso corpo, no que se inclui o caráter fisiológico da mente, entretanto a memória é sempre uma construção: falamos de percepção, sentimentos, de memória organizada mediante imagens ou linguisticamente, ou de processos de lembranças. Em certa medida, a memória individual é sempre mediada socialmente (DOMINGUES, 1999).

Ademais, para os indivíduos, bem como para os grupos, nem sempre as memórias são explícitas. Este pode ser o caso em que elas são articuladas discursivamente, não sendo pronunciadas claramente por atores individuais ou por coletividades. Nesse contexto, pulsões, motivações, objetos e desejos podem permanecer inconscientes e inacessíveis à possibilidade de tradução linguística direta (SMOLKA, 2000). Cabe destacar que a linguagem é vista como o processo mais fundamental na socialização da memória. Ela é constitutiva da memória em suas possibilidades e limites, em seus múltiplos sentidos.

Apesar disso, Bartlett, citado por Bosi (1994), salienta que a “matéria-prima” da recordação não aflora em estado puro na linguagem do falante que lembra; ela é tratada, às vezes estilizada, pelo ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito está situado.

Assim sendo, a memória não é simplesmente um reservatório passivo de dados cujo conteúdo pode ser esvaziado e escrutinado à vontade. Ela está empregnada e integrada com o presente – com atitudes, perspectivas e compreensões que mudam continuamente –, trabalhando e retrabalhando os dados da experiência em novas reformulações, opiniões e, talvez, até novas criações (HAGUETE, 1999).

## Memória e velhice

Numa sociedade em que a memória dos mais velhos não tem valor, e em que é difícil de ser comunicada, cresce o fosso entre as gerações: estas vivem separadas, cada qual reunida em torno de atividades que lhe são específicas. Essa cisão entre gerações, confinamento cultural, impede que a experiência vivida por jovens e por idosos possa ser compartilhada e que cada um possa ser alimentado pela experiência do outro, reduzindo, portanto, a função social da memória (KESSEL, 2004).

Para Leibing (2002), os velhos parecem viver um dilema, pois, por um lado, convivem, na memória, com um acúmulo de conteúdos: vivem no passado e defendem valores que não são mais compartilhados com os jovens; por outro lado, o esquecimento e as demências ameaçam e identificam o velho, tanto quanto a nostalgia.

Meihy (2005) assinala que, além dos fatores culturais, outros elementos interferem na organização mnemônica, a exemplo da capacidade biológica das pessoas e dos acontecimentos considerados marcos na trajetória individual: velhice, debilidade física, circunstâncias traumáticas. A despeito disso, Simson e Giglio (2001) discorrem que mesmo uma memória lacunar pode fornecer dados importantes para uma investigação, dados que poderão ser completados e redimensionados por outros informantes.

Cabe destacar que o idoso apresenta certamente uma diminuição de sua força física e de seus atributos fâlicos, porém essas perdas, no registro do imaginário do corpo, são transformadas em ganhos no registro do social, em algo que é investido simbolicamente pela cultura, não perdendo, portanto, sua condição de sujeito, pois este não envelhece (MUCIDA, 2006).

Pela capacidade de armazenar lembranças e pela capacidade de relembrar eventos do passado com mais frequência, os idosos podem dar uma grande contribuição à sociedade, visto que o registro de suas histórias de vida é um meio de construir nossa cultura (SOUZA, 1999). Considerando essa perspectiva, Birman (1995) destaca que a velhice representa o lugar da memória coletiva, dos valores da ancestralidade, sendo então um dos momentos da vida em que se agencia o registro do simbólico.

---

CABE DESTACAR QUE A LINGUAGEM É VISTA COMO O PROCESSO MAIS FUNDAMENTAL NA SOCIALIZAÇÃO DA MEMÓRIA. ELA É CONSTITUTIVA DA MEMÓRIA EM SUAS POSSIBILIDADES E LIMITES, EM SEUS MÚLTIPLOS SENTIDOS.

---

No entendimento de Bosi (1994), há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: nesse momento de velhice social, resta-lhe, no entanto, uma função própria – a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade. A transmissão do conjunto de valores e significados de uma dada cultura é realizada por intermédio do processo de socialização dos mais velhos para os mais moços.

Quando a sociedade esvazia seu tempo de experiências significativas, empurrando-a para a margem, a lembrança de tempos melhores converte-se num sucedâneo da vida. E a vida atual só parece significar se ela recolher de outra época o alento. O vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o idoso alegria e

uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvintes atentos, ressonância (BOSI, 1994). Além disso, a ideia de um indivíduo desmemoriado vem sempre associada com a ideia de seu descolamento do mundo dos significados sociais, de sua fragmentação como sujeito em decorrência da perda de sua história pessoal, de sua trajetória social, de suas referências de pertencimento (FERREIRA, 1998).

---

A TRANSMISSÃO DO CONJUNTO DE VALORES E SIGNIFICADOS DE UMA DADA CULTURA É REALIZADA POR INTERMÉDIO DO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DOS MAIS VELHOS PARA OS MAIS MOÇOS.

---

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos idosos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. Como afirma Nascentes (2004), para a construção de um conhecimento cujo informante é o idoso, a memória é a ferramenta, o recurso sem o qual seria impossível constituir uma narrativa consistente e coerente com o sentido de busca da compreensão da existência humana, cuja história se inscreve no tempo, na dinâmica inafastável do presente que se torna pretérito na espera do porvir. Isso é o que se dá no cotidiano: a realização da própria vida que se consome e se nutre na feitura do dia-a-dia, dos tempos, na passagem dos dias, na composição das histórias.

Na opinião de Bosi (1994), o idoso não sonha quando rememora: desempenha uma função para a qual está maduro: a religiosa função de unir o começo e o fim, de tranquilizar as águas revoltas do presente, alar-

gando suas margens. Assim sendo, para as pessoas idosas, a prática de recordar pode contribuir para fortalecer ou restituir o senso de identidade e a autoestima. A capacidade de manter o passado vivido, principalmente na presença de um ouvinte solidário, pode ser um dos mecanismos que as pessoas idosas encontram para manter a sua integridade psicológica.

### Aspectos teórico-metodológicos envolvidos na história oral – na recriação do passado de idosos

Considerando a dimensão metodológica, Haguete (1999) conclui que a história oral é uma técnica de coleta de dados baseada no depoimento oral, gravado, obtido por meio da interação entre o entrevistador e o entrevistado, ator social ou testemunha de acontecimentos relevantes para a compreensão da sociedade.

A história oral lança mão da memória como fator dinâmico na interação entre passado e presente, fugindo ao aspecto estático do documento escrito que permanece o mesmo através do tempo. É importante lembrar que a reconstituição “de memória” pode estar imersa em reinterpretações, seja pela distância existente entre o fato passado e o depoimento presente que já incorpora possíveis mudanças de perspectivas ou de valores do ator social, seja porque o fato pode ser reinterpretado à luz dos seus interesses (HAGUETE, 1999).

Entre os gêneros da história oral, Meihy (2005) apresenta a história oral de vida ou história de vida, a história oral temática e a tradição oral. Todas apresentam aspectos peculiares e comuns. Vale salientar que, neste tópico do estudo, nossa discussão delimita-se à história oral de vida.

Na concepção de Strauss e Camargo, citados por Diógenes (1996), as histórias de vida representam a melhor maneira de compreender a cultura “do lado de dentro”, como um conjunto vivo, regido pela harmonia interna, não como um conjunto arbitrário de costumes e instituições, cuja realidade é apenas percebida. Diógenes (p. 98) acrescenta:

a cultura “do lado de dentro” apenas se revela na parcimônia das conversas sem hora marcada, dos “assuntos” que surgem no acaso com “quem não quer nada”. Revela-se no fluxo da memória que se ativa e jorra em cada encontro e em cada ato de “cumplicidade e confiança”.

---

UM MUNDO SOCIAL QUE POSSUI UMA RIQUEZA E UMA DIVERSIDADE QUE NÃO CONHECEMOS PODE CHEGAR-NOS PELA MEMÓRIA DOS IDOSOS.

---

Alguns estudiosos chamam as histórias de vida de entrevistas narrativas e justificam sua validade do ponto de vista epistemológico e não fatualista. Argumentam que as narrativas organizam a experiência vivida, apresentam justificativas lógicas para os fatos e reconstróem cenários que ficam guardados na memória, dado que contar histórias é relativamente simples e que as pessoas, especialmente as idosas, fazem-no independentemente do treino, e as tarefas do pesquisador reduzem-se mais ao estímulo do entrevistado para desencadear o fluxo das lembranças, incluindo o uso de “pistas” como referências históricas e culturais (situam o idoso na sociedade), fotografias, paisagens, festas familiares, entre outras (COSTA, 2005).

---

A HISTÓRIA ORAL LANÇA MÃO DA MEMÓRIA COMO FATOR DINÂMICO NA INTERAÇÃO ENTRE PASSADO E PRESENTE, FUGINDO AO ASPECTO ESTÁTICO DO DOCUMENTO ESCRITO QUE PERMANECE O MESMO ATRAVÉS DO TEMPO.

---

Uma narração é uma prática da linguagem em processo e que se renova a cada experiência de recordar, pensar e contar. O passado lembrado nunca é linear. A narração avança e recua sobre a linha do tempo, como que transbordando a finitude spatiotemporal que é própria dos acontecimentos vividos. As lembranças abrem as portas para o que veio antes e depois. Uma recordação chama outra, compondo uma teia de rememorações mais ou menos singular, cuja textura se alinha pela maneira como cada memorialista recolhe e amarra as imagens progressas e busca sua significação (FROCHTENGARTEN, 2005).

### Quem fala na história oral de vida?

Portelli (1997) refere-se a esse processo como um evento em igualdade, em que há uma troca entre dois sujeitos, sem relação de poder – condição favorável para uma comunicação menos distorcida e um conjunto de informações menos tendenciosas. Além disso, a relação de parceria, que é construída sobre uma base de confiança mútua e com um objetivo comum, transforma o pesquisador e o informante ou colaborador. Frequentemente, eles não são os mesmos depois desse processo de troca de informações, sentimentos, visões de mundo e utopias.

Discorrendo sobre esse aspecto, Meihy (2005) ressalta que, na história oral, o pesquisador dedica muito mais atenção ao depoente, dando-lhe direito de veto e censura da própria fala, além de possibilidades



mais amplas de participação no andamento da pesquisa, pois o espaço no qual estão emolduradas as memórias é fundamentalmente um espaço de interação. Assim, o narrador assume papel de personagem essencial no projeto, e isso implica um jogo de autoridades no qual o poder de uso da entrevista não depende apenas do pesquisador.

Para que o momento da narrativa se constitua um evento de igualdade, é fundamental o acolhimento que o pesquisador favorece ao idoso como informante, fazendo-o se sentir recompensado. Muitas vezes, é nesse processo que ele toma consciência de aspectos da sua função social como membro do grupo, e isso empresta novos significados ao seu percurso em direção à maturidade. Cabe destacar que a conversa evocativa de um idoso é sempre uma experiência profunda.

Considerando a importância da aproximação entre ouvinte e narrador, Bosi (1994, p. 37), em seu trabalho “Lembranças de velhos”, destaca:

o principal esteio do meu método de abordagem foi a formação de um vínculo de amizade e confiança com os recordadores. Esse vínculo não traduz apenas uma simpatia espontânea que se foi desenvolvendo durante a pesquisa, mas resulta de um amadurecimento de quem deseja compreender a própria vida revelada do sujeito.

Em consonância com a experiência vivenciada por Bosi, Diógenes (1996) afirma que, para a construção de um relacionamento de amizade e confiança, é necessário tempo. Tempo de escuta, tempo que permita que as lembranças, às vezes soterradas, possam fluir; tempo para que se estabeleça uma parceria nas “escavações” arqueológicas da memória.

### **O registro das informações**

O uso do gravador foi um avanço no registro do relato oral, não só das palavras, como também de silêncios, vacilações, tom de voz do narrador – o que contribui posteriormente para a análise do conteúdo. Além desse instrumento, também é recomendado o uso do diário de campo, que deve funcionar como um diário íntimo no qual são registrados aspectos

---

O PASSADO LEMBRADO NUNCA É LINEAR. A NARRAÇÃO AVANÇA E RECUA SOBRE A LINHA DO TEMPO, COMO QUE TRANSBORDANDO A FINITUDE ESPACIOTEMPORAL QUE É PRÓPRIA DOS ACONTECIMENTOS VIVIDOS. AS LEMBRANÇAS ABREM AS PORTAS PARA O QUE VEIO ANTES E DEPOIS.

---

relativos ao narrador, bem como toda e qualquer reflexão teórica decorrente de debates sobre aspectos do assunto. Auxilia na transformação do indizível em dizível.

---

TEMPO DE ESCUTA, TEMPO QUE  
PERMITA QUE AS LEMBRANÇAS, ÀS  
VEZES SOTERRADAS, POSSAM FLUIR;  
TEMPO PARA QUE SE ESTABELEÇA  
UMA PARCERIA NAS “ESCAVAÇÕES”  
ARQUEOLÓGICAS DA MEMÓRIA.

---

O indizível nos relatos orais é o não-explicito das vivências dos indivíduos que vivem num meio social determinado. A transformação do indizível em dizível consiste em pôr em palavras as emoções e ações, próprias ou alheias, vivenciadas por uma pessoa. É passar aquilo que está obscuro para a nitidez da palavra (ROJAS, 1999).

### Transcrição, textualização e transcrição

O processo de *transcrição* compreende o registro bruto do discurso produzido, inclusive com repetições, erros e palavras sem peso semântico. O importante de uma entrevista não é como as palavras foram ditas ou pronunciadas e, sim, o seu significado no conjunto das mensagens. Nesse aspecto, Meihy (2005) convida-nos a um processo reflexivo: a inevitável mudança a ser operada na passagem do discurso do estado de língua oral para a escrita.

A *textualização* envolve a exclusão dos erros gramaticais e a reparação das palavras sem peso semântico, gerando um texto mais claro. A *transcrição* significa o texto final, o produto trabalhado (MEIHY, 2005). Nessa fase, não se fala mais em experiência de entrevista, mas na entrevista como um fato social e coletivo por seus efeitos, pois os dados colhidos nos relatos orais precisam necessariamente ser inseridos num contexto sócio-histórico-cultural para que possam adquirir sua significação real.

### A restituição dos resultados ao grupo pesquisado

Uma vez concluída a transcrição dos dados a partir dos saberes e conhecimentos pertinentes, deve ser compromisso ético do pesquisador restituir os resultados finais do trabalho aos participantes, neste caso os idosos, pois trata-se de uma obra coletiva, devendo, portanto, ser partilhada pela coletividade de pertença.

## Considerações finais

Numa tentativa de sumarizar o exposto, subsidiamo-nos das ideias de Simson e Giglio (2001): o idoso chamado a lembrar no contexto de uma pesquisa não está exposto a percorrer um caminho solitário, pois tal atividade envolve a construção de sólidas pontes de relacionamento entre os indivíduos de diferentes gerações de um mesmo grupo social. Além disso, a memória compartilhada constitui uma forma de domar o tempo, vivendo-o plenamente.

Nesse processo são utilizados olhares do presente para reconstruir vivências e experiências do passado importantes para o desvelamento ou o enfrentamento de problemas atuais. Cada idoso entrevistado fala como avô ou avó, como morador de uma cidade, como mulher e como homem, como membro de uma classe social e de uma determinada profissão, entre outras dimensões que o identificam. Assim, como afirma Bosi (1994, p. 139), “a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. [...] lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito”.

---

A TRANSFORMAÇÃO DO INDIZÍVEL EM DIZÍVEL CONSISTE EM PÔR EM PALAVRAS AS EMOÇÕES E AÇÕES, PRÓPRIAS OU ALHEIAS, VIVENCIADAS POR UMA PESSOA.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- BIRMAN, J. Futuro de todos nós: temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise. In: VERAS, R. P. (Org.). *Terceira idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 29-48.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- BOSI, E. *Tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê, 2003.
- BRITO, M. E. Memória e cultura. *Caderno Memória da Eletricidade*, n. 1, p. 12-24, 1989.
- COSTA, C. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. São Paulo: Moderna, 2005.
- DIÓGENES, G. Histórias de vida: desafios de um método. In: KOURY, M. G. P.; LIMA, J. C.; RIFIOTIS, T. (Orgs.). *Cultura & subjetividade*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996. p. 97-109.
- DOMINGUES, J. M. Sociologia da cultura e criatividade social. *Dados*, v. 42, n. 2, p. 10-27, 1999.

- FERREIRA, M. L. M. Memória e velhice: do lugar da lembrança. In: BARROS, M. M. L. (Org.). *Velhice ou terceira idade?* Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 207-222.
- FROCHTENGARTEN, F. A memória oral no mundo contemporâneo. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 55, p. 367-376, 2005.
- HAGUETE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- KESSEL, Z. Lembrar, contar, compartilhar: a memória como caminho para o diálogo intergeracional. *A Terceira Idade*, v. 15, n. 30, p. 52-63, 2004.
- LEIBING, A. Memória, velhice e sociedade. In: FREITAS, E. V. et al. (Orgs.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2006. p. 1.363-1.365.
- MEIHY, J. C. C. B. *Manual de história oral*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- MUCIDA, A. *O sujeito não envelhece: psicanálise e velhice*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- NASCENTES, C. Memória, velhice e pesquisa. *A Terceira Idade*, v. 15, n. 29, p. 68-79, 2004.
- NEVES, L. A. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. *História Oral*, n. 3, p. 109-116, 2000.
- POLLACK, M. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- PORTELLI, A. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*, n. 14, p. 7-24, 1997.
- ROJAS, J. E. A. O indizível e o dizível na história oral. In: MARTINELLI, M. L. (Org.). *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras Editora, 1999. p. 87-94.
- SIMSON, O. R. M. V.; GIGLIO, Z. G. A arte de recriar o passado: história oral e velhice bem-sucedida. In: NERI, A. L. (Org.). *Desenvolvimento e envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas*. Campinas: Papirus, 2001. Cap. 7, p. 141-160.
- SMOLKA, A. L. B. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. *Educação & Sociedade*, ano XXI, n. 71, p. 166-193, 2000.
- SOUZA, E. M. Reminiscências: o papel social das lembranças. *Gerontologia*, v. 7, n. 2, p. 28-31, 1999.

# Capacidade funcional em pessoas idosas<sup>1</sup>

MARIA ANGÉLICA LEITE PEREIRA <sup>2</sup>  
MINÉIA CARVALHO RODRIGUES <sup>3</sup>

## RESUMO

---

A Política Nacional do Idoso garante que todos os idosos tenham direito à promoção de sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. A perda da autonomia geralmente se associa à redução ou perda da eficiência de alguns órgãos e sistemas, afetando a capacidade funcional. O objetivo deste estudo foi analisar o perfil da capacidade funcional dos idosos residentes no Condomínio Vila Vida de Jataí, Goiás. Os sujeitos foram 41 idosos, sendo 19 mulheres e 22 homens entre 54 e 93 anos. Para a coleta dos dados utilizamos um formulário de atividades de vida diária (AVDs) e atividades instrumentais de vida diária (AIVDs). Por meio deste estudo podemos concluir que: os idosos pesquisados possuem maiores dificuldades nas AIVDs que nas AVDs; na divisão por gênero em AVDs não há uma diferença significativa, não acontecendo o mesmo nas AIVDs, pois nestas atividades há um número considerável de homens independentes em relação ao número de mulheres. A partir dos resultados analisados em nosso estudo poderemos contribuir para que mais dados sobre a capacidade funcional dos idosos sejam levantados, aumentando as chances de se estabelecerem parâmetros ainda mais confiáveis sobre esse assunto.

**Palavras-chave:** envelhecimento da população, capacidade funcional – pesquisa – Jataí - GO, qualidade de vida.

**1** Perfil da capacidade funcional em idosos.

**2** Licenciada em Educação Física – Campus Avançado de Jataí (UFG)

**3** Doutora docente do Campus Universitário do Araguaia, da Universidade Federal de Mato Grosso  
mineiarc@bol.com.br



## ABSTRACT

---

The National Policy for Elderly People stipulates that all elderly people are entitled to be provided with autonomy, integration and effective participation in society. The loss of autonomy by elderly people is generally associated with the reduction or loss of efficiency of their body organs and systems, thereby adversely affecting their functional capacity. The objective of this study is to analyze the functional capacities of the elderly people residing in the Vila Vida Condominium, located in the city of Jataí-Goiás. The subjects were 41 elderly people, including 19 women and 22 men aged between 54 and 93. To collect the data, we used daily life activity (AVD) and daily life instrumental activities (AIVD) forms. Based on this study, we have found that: the researched elderly people have greater difficulties regarding AIVD activities than regarding AVD activities; and, in terms of gender, there is no significant difference regarding AVD activities, unlike AIVD activities, where the number of men was significantly higher than the number of women. The results of our study will contribute towards raising more data on the functional capacity of elderly people, thereby increasing the chances of establishing parameters even more reliable on this subject matter.

**Key words:** population aging, functional capacity – research – Jataí – GO, quality of life.

## INTRODUÇÃO

---

Ao longo da história a pessoa idosa foi caracterizada principalmente pelo aspecto cronológico, improdutivo e como alguém à parte. Desde épocas passadas o envelhecimento era visto como oposto à saúde, um processo degenerativo que impossibilita qualquer desenvolvimento físico. Percebemos, porém, que atualmente esta é uma temática que tem ganhado autenticidade e vencido preconceitos.

Pesquisadores e profissionais buscam com vigor a possibilidade de se viver mais e com saúde. A preocupação é acentuada quando analisamos o quanto a população de idosos tem crescido no mundo, inclusive nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

---

A CAPACIDADE FUNCIONAL VAI ALÉM DA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DIÁRIAS, SENDO ESTA A CAPACIDADE DE MANTER AS HABILIDADES FÍSICAS E MENTAIS NECESSÁRIAS A UMA VIDA INDEPENDENTE, VALORIZANDO-SE A AUTONOMIA E A AUTODETERMINAÇÃO.

---

No entanto, percebemos que viver mais tem implicações importantes para a qualidade de vida. A longevidade, neste sentido, pode representar um problema, com diferentes repercussões na vida humana, física, psíquica, econômica e social. Esses anos vividos a mais podem representar não uma extensão de vida plena de significados, mas um momento de decepções e angústias. Neste sentido, pesquisar sobre o envelhecimento e suas implicações na vida dos idosos é de fundamental importância no contexto social em que vivemos.

Percebemos que as modificações no estilo de vida contemporânea (transformações de ordem tecnológica e científica) têm seus pontos positivos, porém ainda se institui o estereótipo da velhice como sinônimo de imobilidade, portanto “as pontas improdutivas da sociedade são reprimidas e o velho passa a sofrer da mais desumana forma de repressão: a indiferença [...]” (COSTA, 2000, p. 7).

Tais mudanças vêm propiciando a aquisição de hábitos potencialmente lesivos à saúde e à qualidade de vida, como a redução dos níveis de atividades físicas inerentes às atividades habituais, favorecendo com isso que os fatores de risco relacionados à instalação de estados patológicos ocorram com maior incidência na população.

Neste sentido, compreender sobre a capacidade funcional torna-se de fundamental importância. Para Sanchez (2000), a capacidade funcional é a independência para a realização das atividades de vida diária. Já para Gordilho et al. (2000), a capacidade funcional vai além da realização de atividades diárias, sendo esta a capacidade de manter as habilidades físicas e mentais necessárias a uma vida independente, valorizando-se a autonomia e a autodeterminação. Assim, a capacidade funcional compreende todas as capacidades necessárias para que o indivíduo consiga realizar suas vontades, no que diz respeito aos aspectos físicos, intelectuais, emocionais e cognitivos.

A capacidade funcional abrange dois grupos de atividades, a saber: atividades de vida diária (AVD) e atividades instrumentais de vida diária (AIVD). De acordo com Ward, Jagger e Harper (1998), a divisão em atividades de vida diária e atividades instrumentais de vida diária começou em 1969 com os estudos de Lawton e Brody. Eles apresentaram duas escalas de avaliação funcional que classificava as atividades cotidianas de acordo com o seu nível de complexidade. A primeira escala está re-



presentada pelas atividades básicas que são exigidas no cotidiano dos idosos: as Atividades de Vida Diária. Já a segunda escala, das Atividades Instrumentais de Vida Diária, é representada por tarefas mais complexas que necessitam de uma adaptação do indivíduo ao meio ambiente.

As AVDs e AIVDs são atividades que, para os idosos, possuem certo grau de complexidade, principalmente para aqueles idosos que já possuem algum comprometimento da saúde. No entanto, o que fica claro é que as AIVDs possuem um grau de complexidade superior ao das AVDs em razão, principalmente, do seu caráter de envolvimento social. Assim, muitos idosos são capazes de realizar todas as tarefas dentro de sua própria casa, mas, se for necessário fazer qualquer atividade que necessita de um contato social fora das dependências em que está habituado, eles se sentem impossibilitados.

É neste sentido que podemos dizer que atualmente uma das grandes metas é se viver mais anos e com uma melhor capacidade funcional para a realização das atividades cotidianas. Assim, este estudo tem como objetivo principal analisar o perfil da capacidade funcional em idosos residentes no Condomínio Vila Vida em Jataí-GO.

---

PODEMOS DIZER QUE ATUALMENTE UMA DAS GRANDES METAS É SE VIVER MAIS ANOS E COM UMA MELHOR CAPACIDADE FUNCIONAL PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COTIDIANAS.

---

## Métodos

A amostra pesquisada foi de 41 idosos, sendo 19 mulheres e 22 homens, todos residentes em Jataí-GO e moradores do Condomínio Vila Vida. Esses idosos foram divididos em quatro grupos etários: de 54 a 63 anos; de 64 a 73 anos; de 74 a 83 anos; e de 84 a 93 anos, conforme a disponibilidade de idades existente no condomínio.

Em nossa pesquisa utilizamos dois instrumentos para a coleta dos dados. Inicialmente foi preenchida uma ficha de informações sociodemográficas com o objetivo de obter informações sobre os sujeitos. Além da ficha utilizamos um formulário para a obtenção dos dados. Esse formulário teve em seu roteiro questões referentes às Atividades de Vida Diária e Atividades Instrumentais de Vida Diária.

Entre os determinantes da capacidade funcional analisamos neste estudo as Atividades de Vida Diária e as Atividades Instrumentais de Vida Diária. No formulário que utilizamos, os participantes eram interrogados sobre total dependência, necessidade de ajuda e independência em

---

OS INDEPENDENTES ERAM AS PESSOAS QUE CONSEGUÍAM REALIZAR AS ATIVIDADES SOZINHAS, SEM AUXÍLIO DE OUTRAS PESSOAS. OS PARTICULARMENTE DEPENDENTES ERAM OS QUE REALIZAM AS ATIVIDADES EXCLUSIVAMENTE ACOMPANHADOS E OS DEPENDENTES ERAM COMPLETAMENTE INCAPAZES DE REALIZAREM AS ATIVIDADES SEM AJUDA.

---

cada uma das atividades. Assim, as respostas foram divididas em três níveis: dependentes, particularmente dependentes e independentes. Nas Atividades de Vida Diária consideramos oito itens, a saber: preparo das refeições, realizarem trabalho doméstico, tomar banho, vestuário (vestir e despir), fazer a higiene pessoal, transferência (deitar e levantar da cama, sentar e levantar da cadeira), continência e alimentar-se. As Atividades Instrumentais de Vida Diária incluíam seis itens: usar o telefone, viajar, fazer compras, usar medicamentos na hora e dose corretas, administrar o dinheiro e receber a aposentadoria. Todos esses itens foram analisados de forma a se encaixar em independentes, particularmente dependentes e dependentes. Os independentes eram as pessoas que conseguiam realizar as atividades sozinhas, sem auxílio de outras pessoas. Os particularmente dependentes eram os que realizam as atividades exclusivamente acompanhados e os dependentes eram completamente incapazes de realizarem as atividades sem ajuda.

## Resultados

Nas Atividades de Vida Diária, os dados obtidos revelaram que os pesquisados, de maneira geral, mostraram-se independentes, sendo que 91,8% conseguem realizar todas as atividades cotidianas sem o auxílio de outras pessoas. Dos outros, 6,3% necessitam de ajuda em algumas atividades e 1,9% são completamente incapazes de realizar algumas dessas atividades.

Tabela 1 - Percentual total em AVD'S

independentes	91,8%
particularmente dependente	6,3%
dependente	1,9%

Dados de pesquisas como de Andreotti e Okuma (1999) também evidenciam esses resultados, mostrando que a maioria da população idosa mundial, mesmo apresentando algumas dificuldades na realização dessas atividades, é independente. Essas autoras ainda deixam claro que a dependência não é uma situação que se traduz para uma totalidade dos idosos, nem mesmo é uma condição que todos terão de passar quando envelhecerem.

No que diz respeito às Atividades Instrumentais de Vida Diária percebemos que 59,2% dos idosos são independentes, 18,8% necessitam de auxílio e 22% são completamente incapazes na realização de algumas dessas atividades.

Tabela 2 - Percentual total em AIVD'S

independentes	59,2%
particularmente dependente	18,8%
dependente	22%

Concordando com Okuma (2001), as Atividades Instrumentais de Vida Diária são mais complexas que as Atividades de Vida Diária. Daí a maior dificuldade apresentada pelos idosos nas AIVDs que nas AVDs. Spector et al. (1987) também destacaram que as pessoas idosas provavelmente são mais dependentes nas AIVDs, corroborando com os dados encontrados em nosso estudo. As maiores dificuldades relatadas pelos idosos nas AIVDs foram no uso do telefone (24,3%) e no recebimento da aposentadoria (88,8%).

Tabela 3 - Uso do telefone

independentes	43,9%
particularmente dependente	31,8%
dependente	24,3%

Tabela 4 - recebimento aposentadoria

independentes	11,2%
dependente	88,8%

No uso do telefone, constatamos que muitos idosos nunca fizeram uma ligação, e dos que utilizam o telefone a maioria não consegue discar os números (porque não enxergam ou por não conseguirem olhar no papel e discar o número logo depois). Outros não conseguem ouvir o que as outras pessoas estão dizendo e por isso são incapazes de se comunicar.

Fricke e Unsworth (2001) contrapõem esses dados relatando que 81,8% de seus pesquisados conseguem fazer uso do telefone de forma independente. Podemos dizer que essas diferenças significativas podem ser explicadas pela diferença cultural e social dessas pessoas idosas.

Na divisão por gênero, percebemos que nas Atividades de Vida Diária não encontramos diferenças estatisticamente significativas, sendo que a grande maioria dos homens e mulheres é independente na realização das atividades.

Tabela 5 - Percentual total em AVD's por gênero

	Homens	mulheres
independentes	92,1%	92,5%
particularmente dependente	5,1%	7,9%
dependente	2,8%	0,6%

No entanto quando discutimos as Atividades Instrumentais de Vida Diária por gênero, os homens mostraram-se mais independentes que as mulheres na maioria das atividades analisadas.

Tabela 6 - Percentual total em AIVD's por gênero

	Homens	mulheres
independentes	63,6%	54,4%
particularmente dependente	15,2%	21,9%
dependente	21,1%	23,7%

De acordo com Deeg (1993) apud Ward, Jagger e Harper (1998), os homens possuem maior independência nas AIVDs em virtude do fato de possuírem mais contatos sociais durante toda a vida. Desde cedo os homens são ensinados a sair de casa para trabalhar, para vender sua força muscular no mercado de trabalho. Assim, as habilidades na AIVDs são mais desenvolvidas na maioria dos homens que nas mulheres.

Analisamos ainda a relação entre a atividade física e manutenção da capacidade funcional. Vários estudos como de Stessman et al. (2002) demonstraram que a atividade física exerce considerável influência sobre a capacidade funcional dos idosos, no sentido de manter a independência

desses idosos nas várias atividades em que são solicitados ao longo de seu cotidiano. Nossos estudos demonstraram que os idosos fisicamente ativos (56,3%) mantêm um maior grau de independência que aqueles que são sedentários (44%).

Tabela 7 - Capacidade funcional para praticantes e não praticantes de Atividade Física

	Praticantes	Não praticantes
independentes	56,3%	44%
particularmente dependente	31,2%	16%
dependente	12,5%	40%

De acordo com Spirduso (1995, p. 45), “níveis adequados de potência e de resistência muscular capacitam o ser humano a desempenhar as atividades diárias por toda a vida”. Adams et al. (2000) também afirmam que níveis adequados de potência, força e resistência muscular são importantes na manutenção da independência e da qualidade de vida das pessoas idosas.

Percebe-se ainda que o grau de dependência entre os não-praticantes de atividade física é significativo em relação aos praticantes. Campello, Nordin e Weiser (1996) relatam que a inatividade é prejudicial para os idosos, resultando em maior tempo de afastamento das atividades de vida diária, além de ter efeitos negativos nas funções fisiológicas e psicológicas. Neste sentido percebemos que a atividade física é essencial para a manutenção e preservação da capacidade funcional dos idosos, pois esta pode mantê-los independentes em suas tarefas cotidianas durante toda a vida.

## Discussão

Nossa pesquisa traz indicativos de que grande parte dos idosos pesquisados se mostrou independente na maioria das atividades analisadas. No entanto, não pretendemos generalizar os dados obtidos a toda uma população de idosos porque a investigação foi realizada com pessoas idosas, porém saudáveis. Como vimos, o grupo estudado é de certa forma uniformizado, tendo em vista que, para a admissão no condomínio

como moradores, os idosos não podem ser fisicamente ou mentalmente dependentes. Dessa forma, se fôssemos realizar esta pesquisa em uma comunidade em que essa regra não existisse, os resultados poderiam ser completamente diferentes.

---

PRECISAMOS COMPREENDER O ENVELHECIMENTO COMO UMA REALIDADE HETEROGÊNEA, JÁ QUE PODE SER INFLUENCIADA DE ACORDO COM AS VARIÁVEIS DE GÊNERO, ETNIA, CLASSE SOCIAL, CONDIÇÕES DE SAÚDE, ENTRE OUTRAS.

---

A velhice deve ser analisada num contexto heterogêneo. Isso quer dizer que devemos considerar as diferentes pessoas em razão de suas distintas histórias de vida. Assim, a heterogeneidade diz respeito a experiências individuais que são únicas e construídas durante toda a vida da pessoa e que, na velhice, não deixam de existir, mas, pelo contrário, acentuam-se fazendo com que cada pessoa envelheça de forma diferente, além de vivenciar diferentes experiências durante a velhice. Neste sentido, não poderíamos, em nosso estudo, deixar de nos referir à heterogeneidade, pois pesquisamos um grupo de idosos com diferentes histórias de vida e variadas experiências pessoais.

Precisamos compreender o envelhecimento como uma realidade heterogênea, já que pode ser influenciada de acordo com as variáveis de gênero, etnia, classe social, condições de saúde, entre outras.

É importante ressaltar a importância da continuidade de estudos sobre o envelhecimento e a capacidade funcional, tendo em vista que este não é um estudo pronto e acabado. Estas são apenas algumas reflexões sobre essa temática que tem se tornado tão difundida ao longo dos anos. Sugerimos que estudos comparativos sobre a capacidade funcional sejam realizados, tentando estabelecer relações entre idosos saudáveis e doentes, pois alguns estudos demonstram que a capacidade funcional pode ser afetada de forma direta com a presença de doenças.

Além disso, gostaríamos de evidenciar a necessidade da multidisciplinaridade nos estudos sobre o envelhecimento, pois esta é uma das áreas de investigação que não pode ser abrangida por uma única disciplina, já que as questões biológicas estão entrelaçadas com as relações sociais e com expressões emocionais, valores culturais e recursos ambientais. Neste sentido, as investigações sobre o envelhecimento devem ser feitas de maneira integrada, buscando-se trabalhos em equipe. Esta deverá ser constituída por pessoas das mais diferentes áreas profissionais, com fisioterapeutas, psicólogos, etc., incluindo ainda o profissional de Educa-

ção Física, que pode influenciar de forma muito positiva na preservação da capacidade funcional em idosos. Assim, desenvolver estudos contando com equipes multidisciplinares é de fundamental importância para uma melhor compreensão do envelhecimento e da capacidade funcional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- ADAMS, Kent; SWANK, Ann; BARNARD, Kerry; BERNING, Joe; SEVENE-ADAMS, Patricia. Safety of maximal power, strength, and endurance testing in older African American women. *Journal Strength and Conditioning Research*, v. 14, n. 3, p. 254-260, 2000.
- ANDREOTTI, Rosana Aparecida; OKUMA, Silene Sumire. Validação de uma bateria de testes de atividades da vida diária para idosos fisicamente independentes. *Revista Paulista de Educação Física*, São Paulo, n. 13, p. 46-66, jan./jun. 1999.
- CAMPELLO, M.; NORDIN, M.; WEISER, S. Physical exercise and low back pain. *Scand J Med Sci Sports*, v. 6, p. 63-72, 1996.
- COSTA, V. L. L. *Gerontomotricidade no mundo da vida: uma linguagem historicamente emergente*. Campinas, 2000. Disponível em: <<http://www.unicamp.com.br/fef>>. Acesso em: 20 set. 2004.
- GORDILHO, Adriano; JOÃO Sérgio; SILVESTRE, Jorge; RAMOS, Luiz Roberto; FREIRE, Margarida P. A.; ESPINDOLA, Neidil; VERAS, Renato Peixoto; KARSCH, Úrsula. Desafios a serem enfrentados no terceiro milênio pelo setor de saúde na atenção integral ao idoso. *Envelhecimento humano*, UNATI, Rio de Janeiro: UERJ, 2000.
- FRICKE, Janet; UNSWORTH, Carolyn. Time use and importance of instrumental activities of daily living. *Australian Occupational Therapy Journal*, p. 118-131, 2001.
- OKUMA, Silene Sumire. Velhice bem-sucedida: atualizando o conceito de velhice. *Temas em Educação Física Adaptada – Revista SOBAMA*, Curitiba, p. 64-73, 2001.
- SANCHEZ, Maria Angélica. A dependência e suas implicações para a perda de autonomia: estudo das representações para idosos de uma unidade ambulatorial geriátrica. *Textos sobre envelhecimento*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 1-17, 2000.
- SPECTOR, W. D.; KATZ S.; MURPHY, J. B.; FULTON, J. P. The hierarchical relationship between ADL and IADL. *J Chron Dis*, p. 481-89, 1987.
- SPIRDUSO, Waneen. *Physical dimensions of aging*. Champaign: Human Kinetics, 1995.
- STESSMAN, Jochanan; ROZENBERG, Robert Hammerman; MAARAVI, Yoram; COHEN, Aaron. Effect of exercise on ease in performing activities of daily living and instrumental activities of daily living from age 70 to 77: the Jerusalem longitudinal study. *American Geriatrics Society*, p. 1.934-1938, 2002.
- WARD, Gilliam; JAGGER, Carol; HARPER, William. A review of instrumental ADL assessments for use with elderly people. *Reviews in Clinical Gerontology*, p. 65-71, 1998.



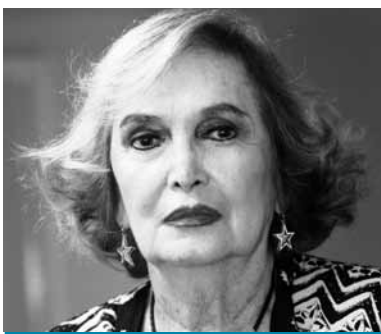


# Entrevista: **Dóris Monteiro**

No início dos anos 50 surgia uma cantora diferente numa MPB dominada por vozeirões e arranjos grandiloquentes. Era a pequena Adeline Dóris Monteiro, que em 1951 invadiu as rádios brasileiras com o samba-canção *Se Você Se Importasse* (de Peterpan). Ela tinha 16 anos de idade e cumpria uma agenda de gravações na Todamérica e de apresentações em rádios e boates ao lado de sua mãe, munida de um alvará do Juizado de Menores. Dóris nasceu no Rio de Janeiro em 21 de outubro de 1934. Em 1949 estreou como intérprete no programa de calouros Papel Carbono, de Renato Murce, na Rádio Nacional, Rio de Janeiro. Trabalhou durante oito anos na Rádio Tupi. Uma das músicas mais marcantes de seu repertório foi *Mocinho bonito* (Billy Blanco). Em 1990, viajou ao Japão e realizou *shows* em Tóquio, Osaka e Nagóia. Dóris é uma das mais expressivas cantoras da transição do samba-canção para a bossa nova.

## **REVISTA** Dóris, falando do início de sua trajetória artística, como foi sua estreia como cantora no programa “Papel Carbono”?

**DÓRIS** Era um programa do Renato Murce, um programa de calouros. Foi assim: eu estava cantando “Caminheiros” em casa e a vizinha escutou e falou para minha mãe: “Ah, a Dóris tem uma ‘vozinha’ tão macia, tão gostosa; a gente podia levá-la ao programa ‘Papel Carbono’”. Mas a minha mãe disse: “Não. Não quero de jeito nenhum! Deus me livre a minha filha cantora”. Por quê? Bem, eu já tenho 56 anos de carreira, quer dizer, isso aconteceu em 1949 quando eu devia ter uns



“HAVIA UM PRECONCEITO MUITO GRANDE COM O RÁDIO NAQUELA ÉPOCA; UMA MENINA CANTAR EM RÁDIO ERA IMPOSSÍVEL. MAS EU TANTO ATAZANEI A MINHA MÃE QUE ELA ME LEVOU AO “PAPEL CARBONO”. AÍ TIREI O PRIMEIRO LUGAR”

---

13, 14 anos. Então, disse minha mãe: “*Não. A minha filha está estudando e eu quero que ela tenha uma profissão digna, eu quero que ela seja médica, advogada, qualquer coisa, mas Deus me livre ser cantora*”. Havia um preconceito muito grande com o rádio naquela época; uma menina cantar em rádio era impossível. Mas eu tanto atazanei a minha mãe que ela me levou ao “Papel Carbono”. Aí tirei o primeiro lugar.

Daí eu fui participando de outros programas, inclusive dos “Campeões dos Campeões”, do mesmo Renato Murce. Um dia recebi um chamado: o Orlando Correa me chamou para ir à Rádio Guanabara, onde fiquei por um mês. Mas o Alcides Gerardi, que era nosso vizinho, cantava na Tupi. Não sei se você se lembra do Alcides Gerardi... ele compôs “Encosta a tua cabecinha no meu ombro e chora...”. Pois é, era dele. Então, eu fiquei atazanando a vida dele. Eu batia na porta da casa dele todo dia e ele dizia: “*Menina, vai estudar! Deixa isso pra lá, meu Deus do céu! Você vai ter grandes decepções*”. Eu dizia: “*Ué, mas decepção eu acho que a gente tem... Em toda uma vida você sempre tem decepções*”.

Então, tanto atazanei a vida dele que ele me levou para fazer um teste na Rádio Tupi – porque ele era da Rádio Tupi –; os diretores eram o Almirante e o Aldo Vianna, que me disseram que era o pai do Galvão Bueno. Bom, fui fazer o teste, eles gostaram muito e, então, eu já fiquei na Tupi. Assinei contrato... Eu ia sempre com a minha mãe porque eu era menor... Ah, eu ia com um alvará do Juizado de Menores permitindo que eu fosse cantar – e sempre acompanhada...

**REVISTA Bem, mas hoje em dia não há mais essas exigências, não é?**

**DÓRIS** Eu não sei, porque hoje em dia não tem ninguém que comece com 15, 16 anos. Já começam com 21, 22, nesse caso não precisam de nada. Mas eu era mesmo menor, tinha 17 anos. Fiquei na Rádio Tupi durante uns sete anos e fui chamada para gravar na Rádio América. Lá eu gravei “Se você se importasse”, do Peterpan; foi uma música que estourou e eu fiquei uns cinco meses na parada de sucessos. Dalí fui chamada para fazer cinema – pelo Alex Vianny –, para fazer o filme “Agulha no palheiro”, que foi o primeiro. Inclusive ganhei o prêmio de melhor atriz. Era um prêmio da Prefeitura do Rio de Janeiro. Isso foi

em 1953. Depois fiz vários filmes: fiz com Mazzaropi “A carrocinha”; com John Herbert “O espetáculo continua”. Fiz “De vento em popa” com Cyll Farney, Oscarito, Sônia Mamed – então ganhei prêmio de melhor atriz também. Eu nunca fiz curso preparatório para atriz. A minha vida era cantar e nunca imaginei que iria fazer cinema.

**REVISTA** Mas, voltando para a sua estreia na Rádio Tupi, no início da carreira, fale-nos sobre o Almirante. Você teve muito contato com ele?

**DÓRIS** Ah, o Almirante era maravilhoso! Ele tinha uma personalidade muito bacana, muito forte. Eu me lembro de que eu estava cantando um dia aquela música:

O peixe é pro fundo das redes  
Segredo é pra quatro paredes  
Não deixe que males pequeninos...

A música continua assim:

Quando o infortúnio nos bate à porta  
E o amor nos foge pela janela...

Eu respirei errado. Logo recebi um cartãozinho com um recado para falar com o Almirante. Ele falou assim: “Dóris, pelo amor de Deus! Você viu o que você fez? Você tinha de respirar antes e cantar ‘janela’ por inteiro”. Eu disse a ele: “Mas não fique bravo comigo, não, pelo menos eu respirei na janela, não é?”. Ele riu e falou: “É. Mas que não se repita mais isso, tal...”. Ele era rigoroso. Para mim foi ótimo, porque eu aprendi que você não pode respirar no meio da palavra.

**REVISTA** Você estudou canto?

**DÓRIS** Nunca. Foi coisa minha mesmo. Um dom que Deus me deu e eu agradeço muito. Foi uma carreira que eu posso dizer que foi feliz. Foi uma carreira em que fiz muito sucesso, fiz cinema – e no cinema eu também fiz sucesso.

**REVISTA** De quantos filmes você participou?

**DÓRIS** Eu fiz oito filmes. Mas depois eu entrei outra vez na parada de sucessos, não tinha mais tempo... Porque para fazer um filme você

tem de ficar dois meses à disposição do estúdio. Você tem de chegar lá às 6h da manhã para se maquiar, se arrumar, para às 7h da manhã começar as filmagens. E às vezes você sai às 10h, 11h da noite. Mas eu ficava muito presa e perdia vários contratos para cantar. Eu estava perdendo dinheiro. O cinema não pagava bem – a gente fazia mais por amor à arte mesmo – e tomava o meu tempo de cantora.

**REVISTA** Após a resistência inicial, sua família incorporou essa sua profissão?

**DÓRIS** Ah, meu pai... Nossa senhora! Meu pai era contra. Uma vez eu disse a ele: “Pai, se você pegar uma moeda de ouro e jogar na lama, você tira a moeda e ela continua de ouro. Quer dizer, eu só vou mudar se eu tiver índole para mudar. Mas eu não vou mudar. E outra coisa também: se eu for advogada, médica, qualquer carreira que eu vá abraçar, eu vou sozinha, minha mãe não vai comigo. Porque eu vou ser maior de idade, vou ter a maioridade e a minha mãe não vai comigo”. Mas o que mais deixou meu pai assim manso em relação a isso foi que a minha mãe iria comigo para todo lugar. Então ele aceitou. E ela me acompanhou até eu me casar. Eu me casei com 18 anos, muito nova, e depois me separei. Fiquei casada por uns seis, sete meses só. Depois conheci outra pessoa, fiquei também um tempo. Mas sempre me passaram para trás. Engraçado, não é? Porque tem mulheres que se casam e elas podem até ser traídas, mas... mas, depois que você fica sabendo, não dá mais... Para mim, pelo meu temperamento, não dá mais para conviver com a pessoa. Mas tem gente que não se incomoda. Eu vejo amigas minhas que já encontraram o marido com outras, mas como tinham uma vida muito boa financeiramente, o marido era rico, ficavam por conveniência. Outras ficavam por causa dos filhos, porque também tem esse problema, e por isso que eu nunca quis ter filhos.

**REVISTA** Você não teve filhos?

**DÓRIS** Não, não tive. Por opção. Porque eu amava a minha carreira. E aí era complicado você ter filhos, porque eles iam ser criados por uma babá. Eu viajava muito. Eram três shows por semana; viajava demais, aí não dava tempo de ser mãe e cantora. Eu sei que tem muitas cantoras que têm vários filhos. Elas naturalmente sabem coordenar e conviver com isso, não é?



### **REVISTA** Você viajava pelo Brasil?

**DÓRIS** Conheci o Brasil inteiro fazendo shows.

### **REVISTA** Como é que foi sua experiência no Japão?

**DÓRIS** Foi ótima. Adorei, amei. É um outro mundo, sabe? É Primeiro Mundo mesmo. Foi em 1990. Fui com o Johnny Alf e o Marçal, percussionista. Nós fizemos Osaka, Nagoya, Kyoto e Tóquio. Foi um mês maravilhoso. Embora a gente não entendesse nada do que falavam, a gente estava sempre com o intérprete, então foi maravilhoso. Também me apresentei em Portugal e no Uruguai. Só tenho pena de não ter me apresentado na Argentina, que é um país do qual eu gosto muito. Os portugueses são maravilhosos. Eu sou filha de portugueses. A primeira vez eu fui com o Dorival Caymmi. Fiz um programa de televisão sobre a cidade de Bragança – e meus pais eram de perto de Bragança. Então, eu fui representando a terra dos meus pais; fiz televisão lá. Fiz dois programas muito bons de televisão e fiz muitos amigos. Deixei meus discos lá tocando à beça. Foi uma coisa muito boa.

### **REVISTA** Que pessoas foram fundamentais em sua carreira?

**DÓRIS** Eu comecei assim, colada no Dick Farney e no Lúcio Alves, porque eu sempre fui fã dos dois e também dos “Cariocas”. Eu também adorava o Lúcio Alves; ele foi muito importante na minha carreira. Eu fui para a Tupi e o Almirante disse: “Olha, você vai fazer um programa com Lúcio Alves”. Eu falei: “Ah, não vou fazer, não senhor”. Ele falou assim: “Como você não vai fazer! Você está maluca! Eu estou dizendo que você vai fazer, eu sou o diretor da Rádio e você não vai me obedecer?”. Eu falei: “Mas não é isso. O senhor sabe... É que eu sou tão fã do Lúcio Alves que eu acho que eu vou desmaiar quando entrar no estúdio com ele! Eu não vou conseguir cantar!”. Mas aí o Lúcio me conheceu, ficamos amigos e daí aquele medo... ele me deixou à vontade. Ele falou: “Ah, mas você canta que é uma graça! Eu vou ficar feliz de fazer com você o programa”. Aí me deixou muito à vontade e sempre trabalhávamos juntos. Fizemos até um disco – o projeto “Dóris e Lúcio” –, no projeto Pixinguinha. Ele foi muito legal comigo, me dava toda a força possível.

**REVISTA** Você é considerada um marco divisor na MPB, porque antes de você chegar prevaleciam as cantoras com voz forte, como a Dalva de Oliveira. Você concorda?

**DÓRIS** Sim. O próprio Almirante e o Aldo Vianna falaram assim: “Não, mas ela tem uma voz diferente”. Porque era a época daquelas cantoras com vozeirão, como a Dalva de Oliveira. Eu comecei com a bossa nova, com uma voz mais meiga, mais suave. Eu também não tremia com a voz; a minha voz é mais lisa.

**REVISTA** Foi uma época em que os programas de rádio tinham uma grande audiência, não é?

**DÓRIS** Nossa! Era audiência total, porque a Rádio Tupi se batia com a Nacional. Depois eu fui para a Rádio Nacional porque a Rádio Tupi não quis me dar aumento e a Rádio Nacional estava em primeiro lugar e me pagava mais. Foi o Paulo Tapajós que me chamou para ir para a Rádio Nacional.

**REVISTA** E que outras artistas surgiram na sua vida ao longo desses anos?

**DÓRIS** Por exemplo, uma pessoa muito importante que eu deixei passar e que me escapou entre as mãos foi a Maysa. Porque eu estava fazendo um show no Copacabana Palace... A Maysa devia ter uns 15, 16 anos – ela casou cedo com aquele Matarazzo – e ela foi assistir ao meu show. Eu ainda estava casada nessa época e o meu marido era capixaba – e a Maysa também era capixaba –, então ele conhecia toda a família da Maysa. E meu marido encontrou com ela no show e ela falou: “Eu vou à sua casa...”. Às 3h da manhã, lá fui eu, ela, o marido dela e o meu lá para casa; aí fiz um cafezinho, uma coisa ou outra e ela começou a me mostrar um monte de músicas. Ficou até às 10h da manhã lá em casa. Aí ela ficou comigo, mas eu já estava louca de sono. Eu já estava caindo, abrindo os olhos assim, na base de colírio, porque eu não estava conseguindo... Ela cantou aquelas músicas todas e eu falei para ela: “Olha, eu adorei todas as suas músicas, mas eu sei que você tem de ir para o Galeão porque você vai passar a sua lua-de-mel nos Estados Unidos...”. Porque ela estava recém-casada, e ela ia realmente, no dia seguinte à noite, para os Estados Unidos. Eu



“EU COMECEI COM A BOSSA NOVA, COM UMA VOZ MAIS MEIGA, MAIS SUAVE. EU TAMBÉM NÃO TREMIA COM A VOZ; A MINHA VOZ É MAIS LISA.”



“E A TELEVISÃO NAQUELA ÉPOCA ERA LOCAL, QUER DIZER, NÃO HAVIA, NÃO TINHA A PROJEÇÃO COMO TEM HOJE EM DIA, QUE VOCÊ CANTA NUM PROGRAMA E ESTÁ CANTANDO NO BRASIL TODO.”

falei: “Então vamos combinar uma coisa: quando você voltar, a gente conversa. Você me manda uma fitinha com todas as suas músicas e eu gravo. Algumas eu vou gravar porque eu gostei”. E ela falou: “Está bem”. Bom, mas ela sumiu! Na minha cabeça também sumiu porque era uma moça capixaba, amiga de meu marido e da família dele, e ele da família dela... Era uma coisa que... Sumiu! E um certo dia eu a vejo na televisão, linda, maravilhosa e cantando todas aquelas músicas, cantando maravilhosamente bem! Eu disse: “Meu Deus do céu! Quanto sucesso eu joguei fora!” [risos]. Se bem que eu gravei umas quatro músicas da Maysa.

**REVISTA** **Você falou em televisão. Na época em que você começou, e durante muito tempo, o grande espaço de divulgação e apresentação dos músicos era o rádio, não era? As rádios eram os espaços onde os artistas ficavam famosos.**

**DÓRIS** Exatamente. O rádio é que... Aliás, até hoje eu acho que o rádio é mais importante que a televisão. Ele massifica uma música de repente, e fica massificando só aquela e aquele cantor, aí vai para a parada de sucessos – e só então a televisão chama. E a televisão naquela época era local, quer dizer, não havia, não tinha a projeção como tem hoje em dia, que você canta num programa e está cantando no Brasil todo. Eu tinha um programa que era patrocinado pelo Fernando César (compositor). Eu gravei lindas coisas dele. Tudo que ele fez de maravilhoso eu gravei. Fiz um LP só com músicas dele. E até acho que ele não teve a mídia merecida. Mas naquela época também não tinha essa história de mídia! Você gravava e, se o público gostasse, comprava. Você cantava... Eu tinha fã-clube; o fã-clube me dava faixas. No meu aniversário, o fã-clube me dava bolo, me dava isso, fazia festas... Que dizer, era uma realidade.

**REVISTA** **O artista estava muito próximo do público e hoje está distante.**

**DÓRIS** Exatamente. Por exemplo, eu cantava no auditório da Rádio Nacional; por isso estava ali todo sábado, domingo e às quintas-feiras. Às quintas-feiras acontecia o programa do Manoel Barcelos, no sábado era o do César de Alencar e no domingo era o do Paulo



Gracindo. Então a gente tinha contato com o público sempre. E era um público que elegia o seu ídolo. Quem decidia era o público e não a imprensa. E não tinha essa fabricação do artista em laboratório. Você era ou não era. Tudo acontecia ao vivo mesmo, não tinha como fazer dublagem. Porque hoje na televisão muitos cantam ao vivo, mas tem a dublagem.

**REVISTA Como foi essa oportunidade de você ter um programa na televisão?**

**DÓRIS** Foi ótimo... Pena que não foi para o Brasil todo, não é? Era o “Encontro com Dóris Monteiro”, toda sexta-feira aqui no Rio, na TV Tupi. Eu fazia a apresentação e levava vários convidados; coisa que hoje em dia todo mundo faz. Era um talk show, mas só que assim, todo mundo de smoking; eu de vestido longo com luvas até aqui... Ah, tinha de ser, não é? Descia de uma escadaria e cantava. Eu falava: “Boa noite, meus amigos! Hoje nós vamos ter grandes e famosos aqui no meu programa; pessoas maravilhosas! Vem aí Maysa, vem o Johnny Alf, vem o Lúcio Alves...”. Eu entrevistava... A gente ficava no sofá e a gente falava sobre o disco que o artista estava lançando... Exatamente como é hoje. Você vê, eu fiz isso há quanto tempo atrás? Há 50 anos! Aí como dizia o Chacrinha... “Nada se cria, tudo se copia”. E realmente, porque depois vários programas desse tipo apareceram.

**REVISTA Nos anos 50 e 60, havia a famosa boemia carioca. Você se apresentava na noite?**

**DÓRIS** Tinha boemia, só que eu não curti muito. Mas, claro, cantava, sim. Cantei no Beco das Garrafas, templo da bossa nova... que foi um movimento do qual gostei muito. Cantei na Boate Jirau, na Associação do Banco do Brasil, em clubes... Mas também viajei muito pelo Brasil todo. Principalmente quando comecei a carreira, fiz todo o Nordeste junto com a minha mãe. Fiz lá de cima, de Manaus a Porto Alegre, trabalhando. Na época o Juscelino começou a fazer Brasília e a gente... Eu cantei em Brasília e a gente trocava de roupa num galpão; era tudo terra batida mesmo. Brasília era um campo de obras. No dia da inauguração nós fizemos um show lá muito bacana. Agora, a noite para mim sempre foi só um compromisso profissional. Porque eu não

fumo, não bebo e não gosto da noite. Quero dizer, eu gosto da noite para ficar na minha casa, para ver um filme na televisão, adoro. Mais recentemente eu me apresentei no BNDES com o Billy Blanco.

**REVISTA** **Você gravou várias músicas do Billy. Como é que surgiu essa aproximação? Faz tempo que vocês se conhecem?**

**DÓRIS** Foi ele que me deu o “Mocinho bonito” – aquele grande sucesso. Eu conheço o Billy há 50 anos também; é meu amigo. Eu sou considerada a intérprete de Billy Blanco, porque eu gravei “Mocinho bonito”, gravei “A banca do distinto”, então acham que eu sou a intérprete dele, e veio a ideia de fazermos shows juntos. Ele é uma pessoa maravilhosa, ele só faz brincar, conta piada o tempo inteiro, é engraçadíssimo, mas as brincadeiras dele são assim... salgadinhas.

**REVISTA** **Você também trabalhou com o Miltoninho, não é?**

**DÓRIS** Sim, foi muito legal! Eu achava que não ia dar certo, mas deu. Porque ele cantava com a Elza Soares, mas depois a Elza foi exilada com o Garrincha, não foi? Teve uma história assim, que ela foi embora para a Europa, exilada. Aí o Milton Miranda, que era diretor da Odeon, me chamou e disse: “Olha, quem vai gravar com o Miltoninho agora é você”. Aí eu falei: “Ah, eu não vou gravar com ele, porque com ele só a Elza Soares. Aquele balanço, aquele swing – só a Elza Soares pode gravar com ele”. Ele falou: “Não, mas você também pode. Você pode. Você também tem swing. É só você não ser preguiçosa e botar para fora o seu swing, o seu jogo de cintura, que você pode”. Fui gravar com ele assim, temerosa, mas ele também me deixou muito à vontade. Gravamos o primeiro disco, que foi um sucesso danado. Fizemos quatro LPs juntos – eu e o Miltoninho – de tanto que deu certo. Depois fizemos vários shows, viajamos por esse Brasil todo.

**REVISTA** **Soubemos que você gosta de futebol, que é vascaína e que defende o Eurico Miranda, presidente do Vasco. É verdade?**

**DÓRIS** Sim, adoro futebol, sou vascaína e defendo o Eurico Miranda pelo seguinte: eu tenho a impressão de que qualquer torcedor gostaria de ter um Eurico Miranda na diretoria, porque ele é polêmico, ele discute mesmo e ele fala o que é. Por exemplo, recentemente aquele juiz maldito, como é o nome dele? Wilson Souza de Mendonça – ele fez

uma “lambança” lá que o Cruzeiro fez o gol. A vontade que eu tive foi de esganá-lo! Eu já liguei para vários juízes, eu me identifico ao telefone e falo o que eu acho!

**REVISTA** Você chegou a ligar para os juízes?

**DÓRIS** Já liguei para brigar. Para dizer que era um incompetente, que deveria ir vender Avon em vez de estar apitando uma coisa que ele não sabe; e que ele era um apitador, não era juiz.

**REVISTA** E eles escutavam as suas críticas?

**DÓRIS** Escutavam: “Sim senhora, sim senhora”. E eu falei: “Olha, e vá para o inferno!”. Pá! E batia com o telefone. Um deles me escutou e me deu mil explicações técnicas. Ele anulou um gol do Vasco e era uma coisa que todo mundo viu que o jogador não estava impedido. Eu achei uma safadeza danada.



“CANTAR PARA O PÚBLICO É A VIDA DO ARTISTA. PORQUE, QUANDO A GENTE FICA MUITO TEMPO SEM FAZER SHOW, DÁ UMA AFLIÇÃO, MAS AÍ, QUANDO VOCÊ ENTRA NO PALCO, PRONTO, AQUILO É UM ALIMENTO.”

**REVISTA** Falando agora da condição feminina. Você, como mulher, desde cedo saiu à luta, foi montando a sua carreira... Era mais difícil naquela época para a mulher trabalhar, para ir à luta? De um modo geral e especificamente também na carreira artística, como é que você vê a condição da mulher naquela época e hoje em dia?

**DÓRIS** Não, hoje está bem mais fácil. Hoje em dia a juventude já sai, já dorme fora de casa. Hoje em dia é democracia total. Mas na minha época também não tive muitos obstáculos, porque eu entrei logo na parada de sucessos. Eu era muito bem-vista e todo mundo queria ver a cantora de trança, que cantava com a mãe do lado – e isso virou até mídia para mim.

**REVISTA** E você nunca foi desrespeitada? Não recebeu nenhuma proposta atrevida?

**DÓRIS** Não. Havia cantada, sim, mas eram mais sutis. Não sei hoje em dia como é porque eu já estou com 73 anos, sou casada... Acho que havia cantada mas de um modo respeitoso. Ninguém pressionava, só diziam: “Ah, gostaria tanto de jantar com você; você aceitaria jantar

comigo?”. Era uma coisa assim, até elegante, sabe? Era uma cantada elegante. Nunca houve abusos, do tipo prometer coisas, condições para subir na carreira... Não, isso eu nunca tive. Graças a Deus as portas sempre se abriram para mim pelo meu talento. Naquela época acho que nem havia muito essa coisa de você ter de se relacionar com alguém importante para poder subir na vida. Não era desse jeito, era uma coisa que fluía; fluía assim até com uma pureza. Sabe como é? Eu acho que antigamente o cenário artístico era mais puro; porque, se você cantava, cantava e pronto. E só o fato de o público poder escolher o seu ídolo era uma coisa maravilhosa. Um clima bem democrático.

**REVISTA Como é que hoje você vê a música brasileira em relação àquela época? Como é que ela está sendo trabalhada? Ela é mais valorizada ou menos valorizada?**

**DÓRIS** Ela é mais valorizada porque antigamente a gente fazia shows e ganhava um cachê bem pequeno. Hoje em dia você faz sucesso... Não tinha artista milionário. Hoje você faz um show por mês e dá para comprar um apartamento, porque são cachês altíssimos. Na minha época não era assim. Hoje em dia você fez sucesso e já mora na Barra com piscina e mil coisas. E, assim, fica mais difícil para cantoras da minha época. Tem menos espaço para os veteranos.

**REVISTA Tanto na mídia como nas gravadoras?**

**DÓRIS** Isso. As gravadoras não se interessam. A mídia... Eu até não posso, vamos dizer, reclamar, porque quando eu faço um trabalho – eu até tenho de agradecer –, porque muitos jornalistas até publicam o meu retrato, me dão a página inteira de matéria, sabe? Quanto a mim... Não estou fazendo média aqui, não, é verdade mesmo.

**REVISTA Então, Dóris, a gente já está terminando a nossa conversa...**

**DÓRIS** Mas eu queria falar do SESC, sabe? É uma instituição fantástica. Porque eu adoro me apresentar no SESC. Não é porque eu estou fazendo esta entrevista, não, é porque o SESC dá oportunidade para todos os artistas, que é do que a gente precisa. Cantar para o público é a vida do artista. Porque, quando a gente fica muito tempo sem fazer show, dá uma aflição, mas aí, quando você entra no palco, pronto, aquilo é um alimento.

**REVISTA** Você já se apresentou muitas vezes no SESC?

**DÓRIS** Aqui no Rio fiz o SESC Madureira, o SESC Ramos e outros... Eu fui convidada pelo Sérgio Cabral para participar de uma mesa-redonda no SESC e para cantar com o Eduardo Dusek no SESC da Tijuca.

**REVISTA** Como você sabe, a nossa revista tem como tema o envelhecimento. Então, discute justamente essas questões relativas a essa fase da vida, a Terceira Idade. Como tem sido para você esse momento da sua vida?

**DÓRIS** Muito bom, tranquilo. Para mim, a idade está na minha cabeça. Eu nem tenho esse negócio de que eu tenho 73. Eu não penso nisso. Eu ajo como se eu tivesse 30, 20. Quer dizer, normal. E assim faço as coisas que eu tenho de fazer. São duas coisas que eu não... morte e doença. Eu vivo. Eu não entendo bem como é que é esse negócio de terceira idade, porque eu tenho a mesma disposição para fazer as coisas, graças a Deus. Estou cantando, mas estou cantando igual, a idade não afetou a minha voz – porque isso que é importante para a gente, e pronto.

**REVISTA** Na sua opinião, como é que a sociedade brasileira trata as pessoas mais velhas?

**DÓRIS** Alguns tratam mal. Eu fico indignada! Porque é tão diferente... Se você vê no Japão, o idoso é tratado como um rei. Aqui o idoso é... Até pelo governo! Você vê, você se aposenta com um salário e daqui a pouco você está com um salário de fome, porque o governo não toma nenhuma... Aumento para o aposentado não pode. Para eles, políticos, pode – 50%, 200%. Agora, para o aposentando – 10% –, nossa! Vai quebrar o Brasil!

**REVISTA** Dóris, algum comentário final que você gostaria de fazer para encerrar essa nossa conversa?

**DÓRIS** Só dizer que eu agradeço muito por vocês terem se lembrado de mim, por me fazerem reviver coisas do passado que foram muito boas. Porque o que eu posso falar da minha carreira é que, graças a Deus, eu tive uma carreira muito boa. Agradecer e esperar para ir cantar no SESC com Billy Blanco, quem sabe? E mandar um beijo muito grande para todos os que estão lendo o que você escreveu; mando um beijo muito grande, muito carinhoso.

## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS NA REVISTA A TERCEIRA IDADE

A revista A TERCEIRA IDADE é uma publicação interdisciplinar, editada desde 1988 pelo SESC – São Paulo, quadrimestral, e dirigida aos profissionais que trabalham com idosos. Tem como objetivo estimular a reflexão e a produção intelectual sobre Gerontologia e seu propósito é publicar trabalhos técnicos e científicos nessa área, abordando aspectos da velhice (físico, psíquico, social, cultural, econômico etc.) e do processo de envelhecimento.

### NORMAS GERAIS

Os artigos devem seguir rigorosamente as normas abaixo, caso contrário não serão encaminhados para a Comissão Editorial.

- Os artigos não precisam ser inéditos, basta que se enquadrem nas normas para publicação, que serão apresentadas a seguir. Quando o artigo já tiver sido publicado deve ser informado em nota à parte sob qual forma e onde foi publicado (Revista; palestra; comunicação em congresso etc.)

- As traduções devem estar acompanhadas das autorizações dos autores.

- Os conceitos emitidos no artigo são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo, obrigatoriamente, a opinião da Comissão Editorial da Revista.

- Todos os artigos enviados, e que estiverem de acordo com as Normas, serão analisados pela Comissão Editorial que opinará sobre a pertinência ou não de sua publicação. No caso de aceitação do artigo, o(s) autor(es) será(ão) contatado(s) pelo correio eletrônico, ou outro meio que tiver informado, e terá(ão) direito a receber 03 (três) exemplares do número em que seu artigo for publicado.

Devem ser enviados para o endereço eletrônico  
revista3idade@sescsp.org.br

- O(s) autor(es) deve(m) enviar uma breve nota biográfica contendo: o(s) nome(s); endereço completo; endereço eletrônico, telefone para contato; indicação da instituição principal à qual se vincula (ensino e/ou pesquisa) e cargo ou função que nela exerce.

- Os direitos de reprodução (copyright) dos trabalhos aceitos serão de propriedade do SESC, podendo ser reproduzidos em outra publicação técnica. O autor também autoriza disponibilização no site [www.sescsp.org.br](http://www.sescsp.org.br)

- Os artigos aceitos somente serão publicados com autorização por escrito, do(s) autor(es), cujo modelo será enviado pela Comissão Editorial. O não recebimento da autorização preenchida e assinada pelo(s) autor(es) cancelará a publicação do artigo.

- Os trabalhos aceitos serão submetidos à revisão editorial e qualquer modificação substancial será submetida ao(s) autor(es) antes da publicação.

### APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

a) Os trabalhos deverão ser apresentados na forma de arquivo digitado em programa Word for Windows e devem conter entre 15.000 e 25.000 caracteres.

b) **RESUMO:** Deve apresentar de forma concisa o objetivo do trabalho, os dados fundamentais da metodologia utilizada, os principais resultados e conclusões obtidas e conter aproximadamente 200 palavras. Deve vir acompanhado por até cinco palavras que identifiquem o conteúdo do trabalho (palavras-chave)

c) **ABSTRACT:** O resumo em inglês também conter aproximadamente 200 palavras. Deve vir acompanhado por até cinco palavras que identifiquem o conteúdo do trabalho (keywords)

d) No artigo devem constar as seguintes partes: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão ou Considerações Finais.

e) As referências bibliográficas, notas de rodapé e citações no texto deverão seguir as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

f) Toda e qualquer citação no texto, seja formal (transcrição), seja conceptual (paráfrase) deve ter obrigatoriamente identificação completa da fonte. Esta identificação aparecerá sob a forma de referência bibliográfica e deve ser colocada no texto (sobrenome do autor, ano e página de onde foi extraída a citação).

g) As notas, sejam de referência, sejam explicativas, devem ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos na ordem em que surgem no texto e podem aparecer em notas de rodapé ou no final do artigo.

h) **ILUSTRAÇÕES:** As ilustrações (gráficos, fotografias, gravuras etc) devem ser utilizadas quando forem importantes para o entendimento do texto. Pede-se que fotos (mínimo 300 dpi), mapas, gráficos ou tabelas tenham boa resolução visual, de forma que permitam a qualidade da reprodução. As ilustrações deverão ser numeradas no texto e trazer abaixo um título ou legenda, com indicação da fonte/autor.

i) **FOTOS:** No caso de utilização de fotos, estas devem vir acompanhadas de autorização de veiculação de imagem do fotografado e com crédito e autorização de publicação do fotógrafo. (O SESC poderá encaminhar modelo). As fotos deverão ser encaminhadas para o e-mail da Revista, em alta resolução, mínimo de 300 dpi.

O SESC – Serviço Social do Comércio é uma instituição de caráter privado, de âmbito nacional, criada em 1946 por iniciativa do empresariado do comércio e serviços, que a mantém e administra. Sua finalidade é a promoção do bem-estar social, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento cultural do trabalhador no comércio e serviços e de seus dependentes – seu público prioritário – bem como da comunidade em geral.

O SESC de São Paulo coloca à disposição de seu público atividades e serviços em diversas áreas: cultura, lazer, esportes e práticas físicas, turismo social e férias, desenvolvimento infantil, educação ambiental, terceira idade, alimentação, saúde e odontologia. Os programas que realiza em cada um desses setores têm características eminentemente educativas.

Para desenvolvê-los, o SESC SP conta com uma rede de 31 unidades, disseminadas pela Capital, Grande São Paulo, Litoral e Interior do Estado. São centros culturais e desportivos, centros campestres, centro de férias e centros especializados em odontologia e cinema.

## **Conselho Regional do SESC de São Paulo**

2004-2010

**Presidente:** Abram Szajman

**Efetivos:** Benedito Toso de Arruda, Cícero Bueno Brandão Júnior, Eduardo Vampré do Nascimento, Eládio Arroyo Martins, Elisete Berchiol da Silva Iwai, Ivo Dall'Acqua Júnior, Jair Toledo, João Herrera Martins, José Maria de Faria, José Maria Saes Rosa, José Roberto de Melo, José Santino de Lira Filho, Manuel Henrique Farias Ramos, Valdir Aparecido dos Santos e Wallace Garroux Sampaio

**Suplentes:** Amadeu Castanheira, Ariovaldo Maniezo, Arnaldo José Pieralini, Carlos Alberto D'Ambrósio, Dan Guinsburg, Luiz Antonio de Medeiros Neto, Mariza Medeiros Scaranci, Paulo João de Oliveira Alonso, Paulo Roberto Gullo e Rafik Hussein Saab

### **Representantes do Conselho Regional Junto ao Conselho Nacional**

**Efetivos:** Abram Szajman, Euclides Carli, Raul Cocito

**Suplentes:** Aldo Minchillo, Costábile Matarazzo Junior, Ozias Bueno

**Diretor Regional:** Danilo Santos de Miranda



**SESCSP**  
www.sescsp.org.br  
0 8 0 0 - 1 1 8 2 2 0

**ATERCEIRA**  
**IDADE**  
Estudos  
sobre  
Envelhecimento  
**20**  
*anos*  
1988 - 2008

ISSN 1676033-6  
45  
9 771676 033005



**DÓRIS MONTEIRO**